



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**179ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 21 e 22 de junho de 2010.**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**179ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

**Data:** 21 e 22 de junho de 2010

**Local:** MDS, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108 – Brasília/DF

1 Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dez teve início a Centésima Septuagésima Nona  
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da  
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular do  
4 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra. Márcia Maria Biondi  
5 Pinheiro. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade: Membros  
6 Titulares e Suplentes do CNAS: Conselheira Márcia Maria Biondi Pinheiro, Ministério do  
7 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro Renato Francisco dos Santos  
8 Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Simone  
9 Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;  
10 Conselheira Fátima Aparecida Rampin, Ministério da Previdência Social – MPS; Conselheiro José  
11 Ferreira Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Edna  
12 Aparecida Alegro, Ministério da Fazenda - MF; Conselheira Marta de Oliveira Sales, FONSEAS;  
13 Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva,  
14 CONGEMAS; Conselheiro Antônio Celso Pasquini, União Social Camiliana; Conselheiro José  
15 Ricardo Calza Caporal, Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Conselheira Rosa  
16 Maria Ruthes, Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo; Conselheiro Renato Saidel  
17 Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira;  
18 Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo; Conselheiro  
19 José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa idosa; Conselheiro Antônio Pereira Cabeça da Silva Filho,  
20 FENATIBREF; Conselheira Maria Aparecida do A.Godoi de Faria, Confederação Nacional dos  
21 Trabalhadores em Segurança Social da CUT – CNTSS; Carlos Rogério de Carvalho Nunes,  
22 Central dos Trabalhadores do Brasil; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita  
23 Brasileira; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Associação para Valorização e Promoção de  
24 Excepcionais – FENAVAPE; Conselheira Thays Martinez, União Brasileira dos Cegos - UBC;  
25 Conselheiro João Carlos Carreira Alves, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos;  
26 Conselheira Maria Dolores da Cunha Pinto, Federação Nacional das APAES – FENAPAE;  
27 Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheira Margareth  
28 Alves Dallaruvera, Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS; Conselheiro Edivaldo da  
29 Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – ABEDEV; Conselheiro  
30 Edval Bernardino Campos, Conselho Federal de Serviço Social - CFESS; e, Conselheiro Frederico  
31 Jorge de Souza Leite, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI. **ABERTURA.** Dando início  
32 à reunião, a senhora Presidente manifestou satisfação por esse encontro, solicitando à Secretária-  
33 Executiva que procedesse à conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade:  
34 Conselheiro José Cruz; Conselheira Simone; Conselheiro Carlos Ferrari; Conselheira Fátima;  
35 Conselheiro Renato Saidel; Conselheira Margarete; Conselheira Márcia; Conselheiro Ricardo  
36 Caporal; Conselheiro Frederico e Conselheiro Sérgio Vanderly. Conselheiros Suplentes:  
37 Conselheira Marisa Furia; Conselheiro Edivaldo; Conselheiro Samuel; Conselheiro Celso Pasquini;

38 Conselheira Rosa Maria; Conselheira Marisa da Silva. A Secretária-Executiva nomeou os novos  
39 Conselheiros que tomariam posse no período da tarde e que se encontravam presentes: Maria do  
40 Carmo Ribeiro; Antonio Pereira Cabeça da Silva Filho; Pedro Vilmar Oz, substituto do Conselheiro  
41 Falqueto e cujo processo se encontrava em andamento no MDS. Na sequência, a senhora Presidente  
42 informou a Pauta: **Pauta: Dia 21.06.2010 – Manhã: 09h às 10h30min:** Apresentação e discussão  
43 do Plano Decenal; **10h30min às 12h:** Apresentação da MUNIC 2009. **Tarde: 14h às 18h:** Posse  
44 dos Conselheiros da Sociedade Civil – Gestão 2010/2012. A senhora Presidente esclareceu que  
45 apesar do atraso a Pauta da manhã seria mantida, informando que estariam presentes os senhores  
46 Jomar e Helena, da SAGI, e a apresentação e discussão do plano decenal pela Secretária Nacional,  
47 representada pela Conselheira Simone. A seguir, solicitou aos presentes que declinassem seus  
48 nomes, para conhecimento, como também a equipe de Apoio do CNAS: Após as apresentações, a  
49 senhora Presidente procedeu à leitura de um dos Certificados que seriam entregues aos  
50 Conselheiros que deixariam o cargo: “*Certificado - Ministério do Desenvolvimento Social e*  
51 *Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social. O Conselho Nacional de Assistência*  
52 *Social - CNAS, expressa o seu reconhecimento à representante da sociedade civil pelo relevante*  
53 *serviço público e social prestado a esse órgão na condição de suplente/ titular, representando o*  
54 *(instituto) no período de 18/06/2008 a 09/06/2010. Brasília 18 de junho de 2010”*. Ao receber esse  
55 documento a Conselheira Rosa Maria destacou o importante aprendizado ocorrido no período em  
56 que participou do Conselho, agradecendo pela oportunidade e desejando boas vindas e sucesso aos  
57 novos Conselheiros. A Conselheira Marisa manifestou satisfação pelo reencontro nesse espaço, com  
58 pessoas importantes para a construção da Política Pública, citando a senhora Presidente e os  
59 Conselheiros Simone e José Crus, com quem muito havia aprendido. A senhora Presidente entregou  
60 o Certificado à Conselheira Thays, informando que os demais seriam entregues posteriormente. O  
61 Conselheiro Edivaldo informou ter recebido um e-mail de um servidor da Secretaria dos Direitos  
62 Humanos – SEDH, referente ao PL 7.008, que tratava da alteração do Estatuto da Criança e do  
63 Adolescente e que se encontrava em tramitação, repassando o documento ao Pleno para  
64 conhecimento. A senhora Presidente passou para o **Item Apresentação e discussão do Plano**  
65 **Decenal da Assistência Social**, a ser apresentado pela Conselheira Simone, que informou ter sido  
66 deliberação da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social, apontando rumo para essa Política,  
67 com a decisão de implantar o Sistema Único de Assistência Social, de âmbito nacional e suas metas  
68 compatibilizadas e corresponsabilizadas com estados e municípios. Prosseguindo, a Conselheira  
69 Simone discorreu sobre o Plano e suas metas para que o Conselho Nacional pudesse acompanhar as  
70 implantadas pelo governo federal, assim como trazia as diretrizes colocadas pela Conferência para o  
71 Conselho Nacional e que deveriam ser seguidas por todos os entes federados. Relatou os objetivos,  
72 seus pilares de sustentação e a escolha do modelo socioassistencial, discorrendo sobre esses pontos.  
73 Destacou o controle social e a mudança de modelo do controle social cartorial para aquela baseada  
74 na participação, com ênfase nos usuários, assunto que o Conselho talvez mais devesse discutir e que  
75 era a realização de uma avaliação, essencial para o acompanhamento do plano. Prosseguindo,  
76 discorreu sobre os seus objetivos, metas e os desafios colocados, destacando as ações de inclusão  
77 produtiva do Ministério e a relação das transferências de renda com a proteção social contributiva,  
78 para o que era necessário contar com uma Política eficiente. A Conselheira Simone indicou o  
79 material em tela, citando a diferença existente na oferta de serviços, inclusive de educação, saúde e  
80 trabalho, relatando os recursos financeiros disponíveis para essas ações. Referiu-se aos profissionais  
81 municipais envolvidos em Assistência Social, saúde e educação, dados que haviam crescido, mas  
82 que precisariam ser atualizados com a nova MUNIC, discorrendo sobre as pesquisas e estudos  
83 feitos e que deveriam ser acompanhados pelo Conselho para ter condições de avaliar o rumo que a  
84 Política vinha tomando no Brasil. Ressaltou a meta referente à criança e ao adolescente,  
85 fundamental para se mudar o modelo de atenção a esse segmento, citando o programa ProJovem  
86 Adolescente, de responsabilidade do SUAS e que deveria ser acompanhado pelo CNAS. A  
87 Conselheira Simone relatou que esse plano decenal tinha metas e estratégias nacionais, com as

88 metas abrangendo 2005 a 2015 e com as metas do governo federal terminando no final de 2010.  
89 Relatou a combinação feita com o Conselho Nacional de que o Ministério apresentaria como  
90 proposta metas federais que coubessem em quatro anos no seu PPA, com esse Conselho que tomava  
91 posse tendo que fazer uma avaliação para aprovar esse Plano e ver no próximo governo quais as  
92 metas a serem colocadas. Relatou as metas que haviam alcançado e as por implementar, conforme  
93 indicadas no material em tela, destacando o atendimento de 5,6 milhões de famílias com ampliação  
94 do cofinanciamento do PAIF para 7.690 CRAS e informando que essa meta seria atendida até o  
95 final de 2010. A Conselheira Simone prosseguiu, discorrendo sobre as metas e destacando o  
96 atendimento à crianças e adolescentes, a erradicação do trabalho infantil e o que havia sido  
97 alcançado até o momento, comentando sobre algumas das mesmas colocadas no material em tela.  
98 No campo da proteção especial, era muito importante que o Conselho Nacional ficasse atento para  
99 verificar como estava a desinstitucionalização e o modelo de abrigamento que teria que ser  
100 revertido. Ressaltou a capacitação de técnicos, sendo que o curso estava sendo desenhado e não  
101 conseguiriam capacitar até final de 2010, mas já deixariam essa meta avançada, assim como a  
102 capacitação de Conselheiros e membros dos fóruns permanentes de Assistência social, meta que  
103 estava sendo cumprida. A Conselheira Simone referiu-se aos dados sobre a regulação da eleição da  
104 Sociedade Civil, informando a consulta pública que estava em andamento, e cuja meta estava  
105 parcialmente cumprida. Após a indicação de mais algumas metas que constavam no Plano, a  
106 Conselheira Simone encerrou sua apresentação, com a senhora Presidente cumprimentando e  
107 destacando ser um momento muito importante para os Conselheiros que estavam saindo e os que  
108 estavam chegando ao Conselho, sendo uma pauta específica do CNAS. Aparteando, a Secretária-  
109 Executiva informou a chegada dos Conselheiros que iriam tomar posse: José Araujo da Silva,  
110 Pastoral do Idoso, Leila Pizzatto; Associação Antônio Vieira e, Maria Auxiliadora de Araujo, da  
111 FENES. O Conselheiro Clodoaldo informou ter recebido uma ligação do Conselheiro Wagner, que  
112 também tomaria posse, e cujo voo estava atrasado, justificando sua ausência. A senhora Presidente  
113 prosseguindo com a pauta, passou para o **Item Apresentação da MUNIC 2009**, pelo Sr. Jomar  
114 Santana, da SAGI, com a discussão sobre o assunto sendo feita posteriormente, considerando o  
115 adiantado da hora. A senhora Presidente, observando que o Conselho se encontrava em um  
116 momento de transição, agradeceu à SAGI pelas informações trazidas, destacando a importância de  
117 conhecerem a MUNIC. O Sr. Jomar informou estar representando a Diretora de Avaliação, Sra.  
118 Júlia Queroga, passando a explicar sobre essa pesquisa que o IBGE realizava todos os anos, em  
119 todos os municípios brasileiros, com cada período tendo um tema específico que era aprofundado,  
120 sendo que em 2009 havia sido a segunda vez que havia ocorrido um suplemento sobre Assistência  
121 Social, com a colaboração do MDS. Informou que em 2009 os dados haviam sido atualizados, com  
122 agregação de insumos para acompanhamento da estrutura política e aprofundamento do diagnóstico  
123 da condição de funcionamento da rede pública de prestação de serviço socioassistenciais,  
124 esclarecendo que a tipificação desses serviços havia acontecido somente ao final desse ano, não  
125 estando contemplado nessa pesquisa. Prosseguindo, o Sr. Jomar passou a apresentar os dados  
126 coletados, de acordo ao material em tela, informando a possibilidade de comparação entre os dados,  
127 podendo se observar a evolução no campo da Assistência Social. Informou sobre o percentual dos  
128 municípios com órgão gestor da Assistência Social por classe tamanho da população, relatando,  
129 também, a vinculação com outras políticas setoriais acontecendo com maior frequência com a área  
130 da saúde, seguida com a área de trabalho, bem como o aumento de Secretarias Municipais de  
131 Assistência Social, comparando 2005 e 2009. Na sequência, indicou o percentual de municípios  
132 com estrutura na Assistência Social por localização do órgão gestor e recursos humanos, com  
133 aumento da proporção de gestores com curso superior e as áreas de formação, assim como a  
134 presença das primeiras damas como gestoras da Assistência Social. Referiu-se à legislação e  
135 instrumentos de gestão que disciplinavam as ações da Assistência Social, conforme gráfico no  
136 material em tela, sobre o percentual de municípios com plano municipal de Assistência Social,  
137 avaliados anualmente segundo grandes regiões e classes tamanho da população, como também a

138 presença de 99,3% de Conselho Municipal de Assistência Social nesses municípios em 2009. Citou  
139 o percentual de municípios com Comitê Gestor do Programa Bolsa Família, a expansão do Fundo  
140 Municipal de Assistência Social, e o recuo do prefeito como ordenador de despesas, sendo que no  
141 caso de secretário ou técnico nesse cargo havia se mantido praticamente estável. Prosseguindo,  
142 destacou o percentual de municípios com co-financiamento para a função da Assistência Social  
143 segundo a classe de tamanho dos municípios e o apoio financeiro federal e estadual, conforme já  
144 citado pela Conselheira Simone e complementando com o repasse de recursos de convênio. Relatou  
145 as seguintes ações: serviços de proteção social básica, destacando o de atenção integral a família e  
146 plantão social ou similar; de convivência e fortalecimento de vínculos da proteção social básica para  
147 crianças até seis anos; idosos e os serviços socioeducativos destinados a jovens de 15 a 17 anos;  
148 enfrentamento à violência e abuso, exploração sexual de crianças e adolescentes e suas famílias;  
149 PET; abordagem social nas ruas; habitação e reabilitação de pessoas com deficiência; proteção  
150 social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; orientação de  
151 apoio aos indivíduos e famílias vítimas de violência, indicando o percentual em cada região.  
152 Observou que, conforme comentado pela Conselheira Simone, o Governo Federal vinha fazendo  
153 várias ações de monitoramento dos programas junto aos municípios em especial pela criação de  
154 sistemas de acompanhamento como o censo SUAS e o PET, lembrando que esses aspectos de  
155 avaliação eram atividades que pertenciam a todos os entes federativos. O Sr. Jomar indicou os  
156 percentuais correspondentes aos municípios que possuíam ou não unidades físicas  
157 socioassistenciais, relatando que os números referentes aos CRAS estavam desatualizados, com a  
158 Conselheira Simone tendo comentado sobre essa expansão, com a região nordeste apresentando a  
159 maior proporção de municípios com CRAS e CREAS. Concluindo sua apresentação, o Sr. Jomar  
160 indicou mais alguns percentuais, casa, lar, abrigo e república, informando que esse relatório se  
161 encontrava no site do IBGE com informações mais detalhadas, podendo também disponibilizar a  
162 apresentação em power point. A senhora Presidente, agradecendo, indagou se havia algum  
163 questionamento, com o Conselheiro Ferrari solicitando o registro para que a SAGI produzisse esse  
164 material em formato mais acessível. O Conselheiro Renato Saidel agradeceu o trabalho e o  
165 conteúdo da pesquisa, competindo à nova legislatura do CNAS analisar e pautar seu trabalho. A  
166 Conselheira Simone, destacando a importância dessa pesquisa, observou que a mesma deveria ser  
167 mudada, dando-se novo formato para que fossem mais focadas dentro da própria MUNIC. Relatou  
168 que o MDS estava se preparando para realizar a de 2013, com essa discussão sendo muito  
169 importante podendo-se, posteriormente, comparar as metas do plano decenal com a MUNIC.  
170 Dirigindo-se à senhora Presidente, observou ser muito importante que o Conselho tivesse uma  
171 avaliação do Plano Decenal, acompanhando e fazendo o trabalho para o PPA, tarefa para a nova  
172 gestão do CNAS, para poder conversar com o Governo, MDS, Fazenda, e Planejamento, sendo  
173 urgente esse pedido de avaliação do plano decenal. A Conselheira Marta ressaltou a importância  
174 dos dois instrumentos apresentados e sobre os quais a Comissão de Política deveria se debruçar,  
175 sugerindo a confecção de um quadro comparativo de metas realizadas e não realizadas, para  
176 apresentação ao Conselho. O Conselheiro Caporal, reiterando as palavras da Conselheira Simone,  
177 lembrou que a construção PPA se dava em relação à LDO, sugerindo que essa gestão já se  
178 debruçasse para fazer toda estruturação. A Conselheira Marisa destacou o grande avanço que já  
179 havia ocorrido com relação à implementação do SUAS, solicitando um material explicativo sobre  
180 as metas que realmente haviam sido cumpridas até 2010 e as que estavam em andamento,  
181 discorrendo sobre os recursos existentes e a necessidade de se avançar na questão do pacto de  
182 aprimoramento com os estados, os quais precisavam conversar mais com os municípios para  
183 determinar suas competências. Relatou a cobrança pelos órgãos de controle, para efetivamente  
184 executar essa política, muitas das quais não eram de competência municipal, mas sim estadual,  
185 ressaltando a necessidade de se fazer uma pesquisa mais qualificada, direcionada ao município. O  
186 Conselheiro Clodoaldo registrou seus cumprimentos à Conselheira Simone e à equipe que havia  
187 elaborado o trabalho e, concordando com a Conselheira Marisa, sugeriu a identificação das metas

188 cumpridas ou não e seu percentual, relatando as questões sobre as quais havia que se debruçar: co-  
189 financiar ações regionalizadas que faziam parte da meta nacional e os consórcios públicos  
190 intermunicipais, implantação dos serviços de proteção social e especial, de média e alta  
191 complexidade, capacitação das equipes de referência de proteção social básica e especial em libras,  
192 item que a Conselheira Simone informou que não se cumpriria. Ponderou que havia que priorizar as  
193 questões sobre as quais o Conselho teria que se debruçar e fazer um trabalho com os Conselhos  
194 Estaduais e Municipais para que essas Políticas fossem efetivamente implementadas em todo o país,  
195 ressaltando a importância da exposição feita pela Conselheira Simone para essa consolidação. A  
196 senhora Presidente ponderou que havia conteúdo suficiente a ação do Conselho, parabenizando a  
197 SAGI e o MDS por trazerem as bases para que se pudesse planejar uma nova gestão sob um novo  
198 parâmetro. O Sr. Jomar ressaltou a importância e o objetivo dessas pesquisas, que era servir de  
199 instrumento de melhoria da gestão. Ponderou que havia muito para avançar, tendo apresentado  
200 apenas uma pequena parte do que a pesquisa poderia oferecer. Concluindo, destacou que a SAGI  
201 estava à disposição do CNAS para maiores esclarecimentos nessa ou em outras pesquisas. A seguir,  
202 a senhora Presidente informou a chegada dos Conselheiros que seriam empossados: Carlos de  
203 Carvalho Nunes e Maria Aparecida do Amaral Godói, da CNTSS. O Conselheiro Caporal informou  
204 a reunião da Sociedade Civil, às 18h, nesse mesmo espaço. A senhora Presidente entregou aos  
205 Conselheiros Ferrari, Clodoaldo, Caporal e Pasquini o Certificado de agradecimento por sua  
206 participação. **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente encerrou a reunião para o almoço,  
207 convidando a todos a retornarem às 15h. **ABERTURA. Posse dos Conselheiros da Sociedade**  
208 **Civil – Gestão 2010/2012.** A Secretária-Executiva deu início à cerimônia de posse da Sociedade  
209 Civil do Conselho Nacional de Assistência Social, gestão 2010 a 2012, com os seguintes  
210 participantes: João Pinto Rabelo, Federação Espírita Brasileira; José dos Santos Filho, IRIS;  
211 Conselheira Thays Martinez, União Brasileira dos Cegos - UBC; Ana Júlia F. de Siqueira, CNAS;  
212 Ariane Rodrigues, CNAS; Christianne Camargo Menezes, CNAS; Giovana Veloso, CNAS; Camila  
213 Munhoz de Almeida, CNAS; Anael Jr. Magri, Secretaria Municipal de Assistência Social; Camila  
214 F. Santana, Centro Social de Votuporanga; Patrício M. Munhoz, Centro Social de Votuporanga;  
215 Adriano Borges Domingos da Silva, Fórum Regional de Assistência Social; Maria Antônia Pereira  
216 Valente, CNAS; Carolina Maria Ribeiro da Silva, CNAS; Fernanda C. da Silva, CNAS; Assaruhy  
217 Franco de Moraes, PEN-CAPEMI - Lar Fabiano de Cristo; Nestor João Masotti, FEB; Conselheiro  
218 Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Carlos Rogério de Carvalho, CTB; Zenilda  
219 Carvalho Moreira Lira Silva, LBV; Vivian Ribeiro S. Ferreira, LBV; Luiza Fernandes Machado  
220 Maia, MS/SAS/DAPES; Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo –  
221 ABRA; Conselheiro Edvaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes  
222 Visuais – ABEDEV; Ilza Rodrigues Ramos, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes  
223 Visuais – ABEDEV; Antônio Pereira Cabeça da Silva Filho, FENATIBREF; Conselheiro Antônio  
224 Celso Pasquini, União Social Camiliana; Conselheiro José Ricardo Calza Caporal, Federação  
225 Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Vânia Lúcia Ferreira Leite, Pastoral da Criança;  
226 Liliane Neves do Carmo, Secretaria-Executiva/CNAS; Fernanda Magno, Federação Nacional dos  
227 Psicólogos - FENAPSI; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Federação Nacional dos  
228 Psicólogos – FENAPSI; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista; Maria  
229 Auxiliadora Pereira, Pedro Vilmar Oz, CNBB; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva,  
230 CONGEMAS; Sérgio Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheira Rosa Maria Ruthes, Instituto  
231 Social, Educativo e Beneficente Novo Signo; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Associação para  
232 Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Fernanda Campana, AVAPE; Ana  
233 Carolina Barros Pinheiro Carrenho, OAB; José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Maria  
234 Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Conselho Nacional de Seguridade Social; Ewinn Nery,  
235 FENAS; Lucia Elena Rodrigues, Secretaria Nacional Promoção dos Direitos da Criança e do  
236 Adolescente; Maria Joaquina de Jesus, CEAS/GO/ FONACEAS; Maria Rosa Silveira Aguiar,  
237 Fórum Nacional de Assistência Social; Conselheira Maria Dolores da Cunha Pinto, Federação

238 Nacional das APAES – FENAPAE; Wagner Carneiro de Santana, Fundação ORSA; Anna Cláudia  
239 Romano Pontes, SENARC – MDS; Darlene T. dos Anjos Afonso, CNTSS/CUT; Mariana N.  
240 Santarelli, SESAN/MDS; Onaur Ruano, Secretário-Executivo Adjunto, MDS; Valdomiro L. Sousa,  
241 Chefe Gabinete Ministro/MDS; Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheiro José  
242 Ferreira da Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira  
243 Simone Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;  
244 João Luiz Menezes, ASCOM/MDS; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de  
245 População de Rua; e, Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo, FENEIS. Na sequência, convidou para  
246 compor a mesa a Exm<sup>a</sup> Senhora Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,  
247 Sra. Márcia Lopes, a Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Sra. Márcia Biondi  
248 Pinheiro, a Secretária Nacional de Assistência Social, Sra. Maria Luiza Rizzotti, e a Vice-Presidente  
249 do Conselho Nacional de Assistência Social, Sra. Margareth Alves Dallaruvera. Tomando da  
250 palavra, a Conselheira Margareth cumprimentou os componentes da mesa e os Conselheiros, dando  
251 as boas vindas aos novos membros da Sociedade Civil para o exercício do mandato 2010-2012.  
252 Agradeceu ao colegiado do CNAS pela confiança depositada no segmento dos trabalhadores, que  
253 pela primeira vez assumia a posição de vice-presidência, ressaltando o saldo positivo dessa gestão,  
254 com a 7<sup>a</sup> Conferência Nacional de Assistência Social tornando-se um marco para os trabalhadores.  
255 Destacou a importância do segmento da Sociedade Civil no controle social para consolidação da  
256 Política Pública de Assistência Social, discorrendo sobre seu papel e o desafio dos usuários e sua  
257 entidade de organização de garantir a solidificação do seu protagonismo na Política. Ressaltou o  
258 desejo de presenciar a posse não só no CNAS, mas também nos Conselhos Estaduais e Municipais  
259 com a participação ativa dos usuários, referindo-se aos beneficiários dos serviços socioassistenciais.  
260 Ressaltou que a presença do Conselheiro representante do movimento nacional de população de rua,  
261 refletia o amadurecimento da Política, com o processo de organização de outros segmentos tão  
262 importantes saindo da condição de assistidos para a de protagonistas. Ponderou que o segmento dos  
263 trabalhadores tinha uma importante tarefa nesse mandato, precisando se debruçar para a  
264 materialização das deliberações da 7<sup>a</sup> Conferência Nacional de Assistência Social. Destacou a  
265 fundamental importância do estruturamento dos fóruns estaduais e municipais dos trabalhadores do  
266 SUAS para o fortalecimento do fórum nacional dos trabalhadores do SUAS, com o desafio de que a  
267 8<sup>a</sup> Conferência trouxesse a temática dos trabalhadores. Ressaltou o importante papel exercido pelos  
268 CRAS para o início do processo organizativo dos usuários, com os trabalhadores devendo ter  
269 vínculos legais, sair do processo de precarização existentes, terem efetivas condições de trabalho  
270 para que, além de operarem a Política, tivessem condições de assumir o papel de mobilização e  
271 organização dos usuários no seu território. Colocou a tarefa coletiva, sendo que todos os envolvidos  
272 deveriam trabalhar para colocar a Política de Assistência Social no patamar de uma política pública  
273 de estado, rompendo de vez não só com o primeiro damismo, mas também com o aparelho político  
274 partidário, constatado em vários estados e municípios, com a Política não sendo a prioridade.  
275 Concluindo, a Conselheira Margareth agradeceu o apoio que o CNAS oferecia para os  
276 Conselheiros, citando a Secretária-Executiva, Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho, e  
277 cumprimentando todo o corpo técnico do CNAS, de fundamental importância para a garantia do  
278 controle social, desejando aos novos Conselheiros um mandato profícuo e propositivo. A  
279 Secretária-Executiva passou a palavra para a Secretária Nacional de Assistência Social, senhora  
280 Maria Luiza Amaral Rizzotti, que cumprimentou a todos os presentes, dizendo da sua satisfação em  
281 estar nesse espaço, consagrado na Política Pública e onde se celebrava a democracia e a vida  
282 pública se estabelecia. Manifestou que gostaria de dizer da importância para a Política de  
283 Assistência Social de ter um Conselho atuante, compromissado com a democracia e com a  
284 participação social, agradecendo aos membros do Conselho que encerravam sua gestão nessa  
285 oportunidade, e cujas importantes decisões haviam beneficiado todos os segmentos da sociedade.  
286 Cumprimentou os novos Conselheiros, dizendo que esse seria um importante exercício de construir  
287 o que era de todos e de consolidar a democracia, com a Política de Assistência Social não podendo

288 prescindir das deliberações desse Conselho, assumindo-se o compromisso de, nesse espaço, debater  
289 e consolidar essa Política a cada dia e torná-la cada vez mais democrática e mais participativa.  
290 Concluindo, a senhora Secretária agradeceu aos Conselheiros que deixavam essa gestão e deu as  
291 boas vindas aos que estavam chegando. A seguir, a Secretária-Executiva passou a palavra para a  
292 senhora Presidente do CNAS, que cumprimentou os presentes, relatando a luta que vinha desde o  
293 Decreto 5.003 de 2004, na afirmação da autonomia da Sociedade Civil na condução de seu próprio  
294 processo. Manifestou que esse momento era determinante para essa afirmação, submetendo o  
295 processo eleitoral do Conselho Nacional de Assistência Social a uma consulta pública. Destacou a  
296 apresentação do plano decenal de 2005 e seus alcances, assim como os resultados atuais da  
297 MUNIC, fazendo com que o Conselho encontrasse o suporte para suas ações, enfatizando o muito  
298 que havia sido feito, mas que ainda havia muito a avançar. Relatou o texto que constava na cartilha  
299 do CNAS sobre a missão do Conselheiro, colocando que a atual gestão havia realizado a  
300 Conferência onde havia sido discutido o controle social na Política de Assistência Social e acolhido  
301 seus usuários para assumir o protagonismo, ressaltando o trabalho realizado e a participação de  
302 todos os segmentos nessas conquistas. A senhora Presidente destacou que a atual gestão e o governo  
303 haviam mantido todos os GT que o Conselho havia congregado para debater e aprofundar  
304 determinados assuntos, assim como as demais atividades, ouvindo e discutindo propostas, com essa  
305 gestão governamental bancando assessoria técnica, com o apoio da Secretaria-Executiva e corpo  
306 técnico nas Comissões, a quem enalteceu a colaboração para o bom funcionamento do Conselho.  
307 Indicou a parceria com outros organismos, destacando as conquistas que haviam alcançado, citando  
308 a certificação das entidades beneficentes e a apresentação do plano decenal e da MUNIC.  
309 Concluindo, a senhora Presidente cumprimentou os Conselheiros que estavam saindo e os que  
310 estavam chegando, informando que o Regimento Interno rezava que na próxima reunião do  
311 Conselho após a posse da Sociedade Civil se faria a eleição do Presidente e do Vice-Presidente,  
312 sendo que a próxima gestão traria a Sociedade Civil na presidência e o Governo na vice-  
313 presidência, convidando a todos a participar desse encontro. Informou que o segmento do Governo  
314 estava trabalhando em um quadro para apresentar todas as possibilidades da composição  
315 governamental, sendo apresentado no próximo dia 6 de julho para juntos traçar as metas para os  
316 próximos anos na Política de Assistência Social. A Secretária-Executiva procedeu à leitura do  
317 *“Termo de Posse dos membros da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social. Aos*  
318 *vinte e um dias do mês de junho de 2010, no auditório do bloco F da Esplanada dos Ministérios, no*  
319 *edifício sede do Ministério da Previdência Social, na presença a Excelentíssima Ministra de Estado*  
320 *do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Carvalho Lopes, e da Senhora Presidente*  
321 *do CNAS, Márcia Maria Biondi Pinheiro. Tomaram posse os membros representantes da*  
322 *Sociedade Civil no CNAS eleitos no dia 21 de maio de 2010, e nomeados pela Portaria n.º 466, de*  
323 *9 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União, no dia 10 de junho de 2010, com*  
324 *mandato de 2 anos. Assinou a Senhora Ministra de Estado, Presidente do CNAS e os*  
325 *representantes da Sociedade Civil eleitos para o mandato 2010/ 2012. Para tomar posse no*  
326 *seguimento de representantes de entidades e organizações de assistência social, convidamos: 2º*  
327 *titular, União Social Camiliana, Conselheiro Antonio Celso Pasquini, 3º titular; Federação*  
328 *Espírita Brasileira, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, 1º suplente; Fundação ORSA,*  
329 *Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, 2º suplente; Associação da Igreja Metodista,*  
330 *Conselheiro Pastor Renato Saidel Coelho, 3º suplente; Associação Antônio Vieira, Conselheira*  
331 *Leila Pisatto. No seguimento dos representantes dos usuários e organizações de usuários de*  
332 *assistência social: 1º titular; Associação Brasileira de Autismo, Conselheira Maria do Carmo*  
333 *Tourim; 2º titular; Federação das Associações para Valorização de Pessoas com Deficiência -*  
334 *FENAVAPE, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, 3º titular; Movimento Nacional de População*  
335 *de Rua, Conselheiro Samuel Rodrigues, 1º suplente; Federação Nacional de Educação e*  
336 *Integração dos Surdos - FENEIS, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo, 2º suplente;*  
337 *Pastoral da Pessoa Idosa, Conselheiro José Araujo da Silva; do seguimento dos representantes dos*

338 *trabalhadores da área de assistência social, 1º titular; Federação Nacional dos Psicólogos,*  
339 *Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, 2º titular; Confederação Nacional dos Trabalhadores*  
340 *em Seguridade Social da CUT – CNTSS, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria,*  
341 *3º suplente; Central dos Trabalhadores do Brasil, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes,*  
342 *1º suplente; Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas Religiosas e*  
343 *Filantrópicas, Conselheiro Antonio Pereira da Silva Filho, 2º suplente; Ordem dos Advogados do*  
344 *Brasil, Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro”.* A Secretária-Executiva passou a palavra para a  
345 sehora Ministra, que cumprimentou os presentes e discorrendo sobre sua trajetória, tendo  
346 participado ativamente nessa luta em prol da Assistência Social, com o país encontrando-se mais  
347 democrático e tendo avançado significativamente rumo à efetivação dos princípios das diretrizes  
348 escrita na Constituição Brasileira de 1988, resultado de muitas lutas sociais. Destacou o período a  
349 partir da consagração da Constituição da Lei Orgânica da Assistência Social e particularmente da 4º  
350 Conferência Nacional de Assistência Social, onde haviam decidido sobre a implantação do Sistema  
351 Único de Assistência Social como uma opção estratégica para efetivar esse Sistema descentralizado  
352 e participativo da Assistência Social, com o presente apresentando muitas transformações, decisões,  
353 regulações e com ações políticas e técnicas em defesa da Assistência Social, da sua efetividade e  
354 concretização em todo o Brasil. Destacou a importância do que acontecia nesse ato público, onde  
355 representantes do Governo e das suas três esferas e a Sociedade Civil organizada através dos  
356 representantes de várias instituições, assumiam a responsabilidade de dar continuidade e de  
357 aprofundar cada vez mais esse grande espaço democrático e de direito que era o Conselho Nacional  
358 de Assistência Social, assim como tantos outros Conselhos Nacionais que a sociedade havia feito  
359 questão de ir construindo e ampliando o espaço do debate, da crítica e da construção coletiva.  
360 Destacou que a cada mandato o CNAS inscrevia na história desse país novas decisões, novos  
361 avanços, novas conquistas, sendo que a cada mandato assumido, o CNAS jamais poderia retroceder,  
362 partir do que já havia sido construído e conquistado e definir uma nova agenda de desafios e  
363 possibilidades, relatando os eventos que participava e o que significavam para a sociedade e o país.  
364 A Ministra destacou a importância dos temas já tratados pelas senhoras Secretária, Presidente e  
365 Vice-Presidente, assim como a importância de cada Conselheiro ao representar a Sociedade Civil e  
366 o Governo, debatendo a Política da Assistência Social e interagindo com os municípios e estados  
367 brasileiros, discorrendo sobre sua responsabilidade e o reflexo de suas decisões nos estados e nos  
368 municípios brasileiros. Ponderou que cada decisão tomada pelo Conselho consolidava o que vinha  
369 sendo construído com a implantação do SUAS, colocando o orçamento disponível e tudo que  
370 envolvia, assim como a responsabilidade do MDS de coordenar, de fazer executar essa política,  
371 integrando com os demais órgãos para execução das ações. Destacou os temas de maior  
372 complexidade, trabalho infantil, direitos do cidadão, crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com  
373 deficiência, idosos, famílias e o combate às drogas, com a Política de Assistência Social  
374 trabalhando intransigentemente na sua defesa, pedindo a todos os Conselheiros que prosseguissem  
375 nesse trabalho e desejando êxito nessa nova gestão. Concluindo, a senhora Ministra cumprimentou  
376 a senhora Presidente pelo trabalho realizado e por sua militância, que agradeceu a homenagem. A  
377 seguir, a Secretária-Executiva registrou a presença do Conselheiro Edvaldo Ramos; Conselheira  
378 Marisa Rodrigues da Silva; Conselheiro Sergio Wanderly; Conselheira Rosa Maria; Irmã Ruth;  
379 Conselheira Fatima Rampim; Conselheira Edna Alegro; Conselheira Maria Dolores Pinto;  
380 Conselheiro José Cruz; Conselheira Simone Albuquerque; João Rabelo, Federação Espírita  
381 Brasileira; Camila Santana, Centro Social de Votuporanga; Patrícia Munhoz, Centro Social de  
382 Votuporanga, do Fórum Regional de Assistência Social; Nestor Masotti, Federação Espírita  
383 Brasileira; Zenilda Moreira, LBV; Luisa Fernandes, Secretaria Nacional de Saúde do Ministério da  
384 Saúde; Conselheiro José Ricardo Caporal, Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços;  
385 Conselheira Vânia Lima Leite, Pastoral da Criança; Fernanda Magno, Federação Nacional dos  
386 Psicólogos; Pedro Vilmar, CNBB. **ENCERRAMENTO.** Após o cumprimento da Pauta do dia, a  
387 reunião foi encerrada. **ABERTURA.** Dando prosseguimento à Centésima Septuagésima Nona

388 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, DO DIA 22 DE JUNHO  
389 DE 2010, a senhora Presidente esclareceu que o projeto democracia participativa era um núcleo de  
390 pesquisa, ensino e extensão vinculado ao Departamento de Ciência Política da UFMG, com um  
391 livro organizado por Leonardo Abritsser. Esclareceu que esse livro tinha como objetivo aprofundar  
392 a discussão acadêmica sobre democracia no Brasil, entendendo que a participação e representação  
393 eram elementos essenciais da democracia brasileira. Relatou os temas tratados, com a senhora  
394 Presidente tendo um artigo publicado junto com Heleonora Esquetine e cujo volume estava sendo  
395 enviado a todos os Conselhos Estaduais e todos os Municipais das capitais. Na sequência, a  
396 Secretária-Executiva procedeu à distribuição da cartilha 1 e 2 do CNAS, informando o tema de cada  
397 volume, com esclarecimentos pela senhora Presidente com relação a essas publicações e com o  
398 exemplar 3 em fase de publicação. Prosseguindo, a Secretária-Executiva citou os documentos,  
399 NOBSUAS, NOBRH, tendo uma das últimas publicações e deliberações do CNAS sobre a  
400 tipificação nacional dos serviços sócio assistenciais, protocolo de gestão integrada de serviços,  
401 benefícios, transferências de renda no âmbito do SUAS, além de duas publicações da SAGI, do  
402 MDS, que tratava da capacitação dos Conselheiros e da capacitação para controle social nos  
403 municípios. Informou que todas as legislações, publicações e material sobre todas as ações do  
404 CNAS estavam disponíveis no site, sendo interessante que o Conselheiro tivesse a prática de  
405 acessar o conteúdo da página do Conselho Nacional, buscando seu aprimoramento. Informou que se  
406 houvesse alguma dificuldade para o acesso, estava à disposição para quaisquer esclarecimentos,  
407 com a senhora Presidente enaltecendo a importância e os temas relevantes que se encontravam à  
408 disposição nesse espaço. Prosseguindo, a senhora Presidente esclareceu os novos membros do  
409 Conselho sobre o rito de início de reunião, relatando que todos os contatos mantidos pela  
410 Presidência, Vice-Presidência e os Conselheiros na representação do CNAS eram públicos, devendo  
411 ser relatado durante as Plenárias. A Secretária-Executiva realizou a conferência do quorum:  
412 Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Frederico; Conselheiro Samuel; Conselheiro  
413 Carlos Ferrari; Conselheira Maria do Carmo; Conselheiro Clodoaldo; Conselheiro Pasquini;  
414 Conselheiro Sergio Wanderly; Conselheira Edna; Conselheiro José Geraldo; Conselheira Márcia  
415 Maria Biondi Pinheiro e Conselheiro Wagner Carneiro de Santana. Conselheiros Suplentes:  
416 Conselheira Marisa da Silva; Conselheiro Renato Saidel; Conselheira Leila Pizzato; Pizzato José  
417 Araújo da Silva; Pizzato Antonio Pereira Filho; Conselheira Ana Carolina Carrenho. Prosseguindo  
418 registrou a presença dos Conselheiros Margareth Alves; Edvaldo da Silva Ramos; João Carlos  
419 Carreira; Irmã Rosa Maria e Pedro Vilmar, representando o Conselheiro Falqueto, mas cuja  
420 nomeação ainda não havia sido publicada. A senhora Presidente informou que o primeiro ato do  
421 segundo dia de reunião era a aprovação da ata da 178ª Reunião Ordinária e da 1ª Reunião  
422 Extraordinária de junho e da Pauta, mas como a ata havia sido recebida no dia anterior, sua  
423 aprovação ficaria para a próxima reunião, passando à leitura da Pauta: **Dia 22.06.2010 – Manhã:**  
424 **09h às 09h15min:** Aprovação da Ata da 178ª Reunião Ordinária do CNAS e da Reunião  
425 Extraordinária de junho e da Pauta; **09h15min às 10h:** Informes da Presidência/Secretaria  
426 Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros; **10h às 12h:** Apresentação da Comissão de Ética do  
427 CNAS: competências e funcionamento. **Tarde: 14h às 15h:** Apresentação da Comissão de  
428 Conselhos do CNAS: competências, funcionamento, desafios e balanços dos trabalhos; **15h às 16h:**  
429 Apresentação da Comissão de Política do CNAS: competências, funcionamento, desafios e  
430 balanços dos trabalhos; **16h às 17h:** Apresentação da Comissão de Financiamento do CNAS:  
431 Competências, funcionamento, desafios e balanços dos trabalhos. 2/2; **17h às 18h:** Apresentação da  
432 Comissão de Normas do CNAS: Competências, funcionamento, desafios e balanços dos trabalhos.  
433 **Dia 23/06/2010 – Manhã: 09h às 09h30min:** Apresentação da Secretaria Executiva: competências,  
434 estrutura física e de pessoal; **9h30min às 10h:** Apresentação da Presidência Ampliada:  
435 competências e composição; **10h às 12h:** Apresentação da Política Nacional de População em  
436 Situação de Rua, pelo o Dr. Ivair Santos. **INVERSÃO DE PAUTA:** Informou ter recebido um  
437 pedido da Comissão de Normas de fazer sua apresentação antes da Comissão de Conselhos, o que

438 havia sido acordado. A senhora Presidente colocou a Pauta em votação, sendo aprovada pelo Pleno  
439 com as alterações propostas. Informou que essa Pauta havia sido produzida pela Presidência  
440 Ampliada e posteriormente pelo Pleno, com o objetivo de introduzir os novos Conselheiros e  
441 fornecer elementos de balanço para os que permaneceriam, prática que seria encaminhada para os  
442 demais Conselhos. Observou que os Conselheiros deveriam se manifestar até o dia seguinte quanto  
443 à Comissão que desejariam integrar, relatando a função das mesmas. Na sequência passou para o  
444 **Item Informes da Presidência Ampliada/Secretaria-Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros.**  
445 A Secretária-Executiva procedeu aos **Informes da Presidência Ampliada/Secretaria-Executiva**  
446 **“Informes gerais. Registrou as justificativas e informes em relação aos Conselheiros inclusive que**  
447 **já haviam terminado seu mandato para registro em ata. Ausências justificadas:** Conselheira  
448 *Eutália Barbosa Rodrigues, dias 21, 22 e 23 de junho, em virtude de compromissos institucionais.*  
449 *Conselheiro José Geraldo Diniz, dia 21, em virtude de compromissos institucionais. Conselheira*  
450 *Rosa Maria Ruthes, dia 23 de junho, em virtude de compromissos institucionais. Conselheiro*  
451 *Josenir Teixeira, dias 21, 22 e 23 de junho, em virtude de solicitação de substituição de*  
452 *Conselheiro. Conselheiro José da Cruz, dias 22 e 23 de junho, em virtude de participação no*  
453 *Seminário Nacional da Psicologia e Seminário Nacional sobre Direitos e Assistência Social.*  
454 *Conselheira Simone Albuquerque, dia 23 de junho, em virtude de participação no Seminário de*  
455 *Direito e Assistência Social. Conselheiro Falqueto, dias 21, 22 e 23 de junho, por estar fora do*  
456 *país. E-mails enviados aos Conselheiros: Ata e gravação da 177ª Reunião Ordinária do CNAS,*  
457 *de 11 a 13 de maio de 2010; Convocação para Reunião Extraordinária do CNAS dias 8 e 9 de*  
458 *junho de 2010; Convocação para José Ricardo Caporal para representar o CNAS como delegado*  
459 *da 3ª Conferência Nacional de Esporte, dias 3 a 6 de julho de 2010, Brasília; Convocação para o*  
460 *Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, para representar o CNAS como convidado na 3ª*  
461 *Conferência Nacional de Esporte, nos dias 3 a 6 de julho de 2010, Brasília; Convocação para*  
462 *Conselheiro Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho para representar o CNAS na reunião*  
463 *extraordinária da CIT, dia 7 de junho de 2010, Brasília; Convocação para Conselheira Irmã Rosa*  
464 *Maria Ruthes, para representar o CNAS na reunião extraordinária da CIT, dia 7 de junho de 2010,*  
465 *Brasília; Minuta de documento com as orientações gerais dos Conselhos de Assistência Social para*  
466 *adequação da Lei de criação dos Conselhos, das normativas vigentes do exercício de controle*  
467 *social no SUAS; boletim informativo do SUAS destacando matérias relacionadas ao CNAS;*  
468 *Resolução CNAS com nº 16 de 2010; eleição da Sociedade Civil; cópia de matéria publicada no*  
469 *DOU, definindo os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de*  
470 *Assistência Social bem como do serviço, programas, projetos e benefícios socioassistenciais dos*  
471 *Conselhos de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal; informativo do Conselho*  
472 *Nacional de SAÚDE informando que o Presidente da República decretou a convocação da*  
473 *Primeira Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistema de Seguridade Social; Pauta da*  
474 *reunião extraordinária do CNAS nos dias 8 e 9 de junho, publicada no DOU no dia 12 de junho;*  
475 *convocação para o Conselheiro Frederico Jorge Souza Leite para representar o CNAS na 4ª*  
476 *Conferência Nacional de Saúde Mental com o tema central “Direitos e compromissos, consolidar*  
477 *avancar, enfrentar desafios”, no período de 27 de junho a 1º de julho de 2010, no Centro Ulysses*  
478 *Guimarães; convite para o Conselheiro Samuel Rodrigues representar o CNAS como convidado na*  
479 *2ª Conferência Nacional de Economia Solidária, de 16 a 18 de junho de 2010; convite para os*  
480 *Conselheiros Carlos Eduardo Ferrari, Clodoaldo de Lima Leite, Maria Dolores da Cunha,*  
481 *Edvaldo da Silva Ramos, Renato Saidel, Fatiam Rampim, José Ricardo Caporal, Edna Aparecido*  
482 *Alegro, Rosa Maria Ruthes e Thays Martinez para participarem do Seminário Direitos e*  
483 *Assistência Social, dias 23 e 24 de julho de 2010; convocação para Centésima Setuagésima Nona*  
484 *Reunião Ordinária do CNAS, dias 21, 22 e 23 de junho de 2010. Pauta da 95ª reunião da CIT, dia*  
485 *7 de junho de 2010 para Conselheira Rosa Maria Ruthes. Participação do CNAS: Presidente do*  
486 *CNAS na solenidade de abertura da capacitação para controle social nos municípios do estado do*  
487 *Rio Grande do Sul, dia 30 de maio de 2010 representando o MDS. Participação dos Conselheiros*

488 José Ricardo Caporal e Frederico Jorge Souza Leite na 3ª Conferência Nacional de Esporte, dias 3  
489 a 6 de julho de 2010, Brasília. **Convite:** convite da Coordenadora-Geral da Capacitação IMBRAP  
490 para a senhora Presidente participar da solenidade de abertura da capacitação nos municípios do  
491 Rio Grande do Sul no dia 5 de maio; e para participar da Conferência Nacional da Classe  
492 Trabalhadora no dia 1º de junho de 2010; O CNAS recebeu por e-mail convite para solenidade de  
493 abertura do Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição – CNAN, no dia 8 de junho de 2010 em  
494 Brasília; O CNAS recebeu por e-mail convite para participação no Seminário de Diretriz  
495 Metodológica e Operacional no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, nos dias 21 e 22  
496 de junho, em Brasília. **SITE** – inclusão: notícias sobre resultados das eleições de representantes da  
497 Sociedade Civil no CNAS, gestão 2010/2012; inclusão da pauta da reunião extraordinária, junho  
498 de 2010; inclusão da pauta da Assembléia de Eleição; inclusão da Resolução CNAS nº 15 que  
499 aprova o modelo de certidão acerca de situação dos processos das entidades que tramitavam no  
500 CNAS; inclusão da Resolução nº 16 que define os parâmetros nacionais para inscrição das  
501 entidades de Assistência Social bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios  
502 socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social de municípios e Distrito Federal; inclusão  
503 da consulta pública sobre o processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil no CNAS;  
504 pauta da Centésima Setuagésima Nona Reunião Ordinária do CNAS; inclusão da Resolução  
505 Conjunta CNAS CONANDA nº 1, de 9 de junho de 2010; inclusão da Resolução CNAS nº 17, de 11  
506 de maio de 2010; referendo da reunião da CIT nº 7 de 2010. **Comunicados:** a Secretaria Nacional  
507 de Assistência Social de São Gabriel – MS encaminhou ao e-mail da Presidência do CNAS  
508 informativo sobre a aprovação da Lei do SUAS, marca histórica da Assistência Social de São  
509 Gabriel; o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional enviou documento com  
510 proposições para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011 apresentado e debatido na  
511 Plenária de 28 de abril de 2010, o mesmo também pode ser acessado no site do  
512 [planalto.gov.br/consea](http://planalto.gov.br/consea); o Secretário Adjunto de Assistência Social, Sr. José Rodrigues Rocha  
513 Junior, encaminhou publicação da Resolução nº 9 do Conselho Estadual de Assistência Social de  
514 Mato Grosso que aprovou a Política Estadual de Assistencial Social; a Secretaria Executiva do  
515 CONSEAS – Minas encaminhou e-mail informando a impossibilidade de comparecer na cerimônia  
516 de posse dos representantes da Sociedade Civil no CNAS; o Presidente do Conselho Municipal de  
517 Taubaté – SP encaminhou e-mail agradecendo convite para posse dos representantes da Sociedade  
518 Civil no CNAS e cumprimentando os novos Conselheiros; a Presidente do Conselho Estadual de  
519 Assistência Social Rio Grande do Sul encaminhou e-mail agradecendo convite para posse dos  
520 representantes da Sociedade Civil no CNAS. **Audiências realizadas no CNAS:** procedimentos  
521 adotados pelo CNAS em 18 de junho de 2010, solicitante Nuria Cunill Grau, pesquisadora,  
522 consultora independente, assunto: entrevista sobre Conselho de Assistência Social, principais  
523 atribuições, representação da Sociedade Civil, Conferência de Assistência Social e principais  
524 desafios enfrentados pelo CNAS. Participantes Sra. Nuria Cunill Grau, pesquisadora e consultora,  
525 Liliana Neves do Carmo, Coordenadora de Apoio aos Conselhos e Silvane Souza, apoio ao  
526 Gabinete. **Aniversariantes de junho:** Marta de Oliveira Sales, dia 1º, José Geraldo Diniz, dia 6.” A  
527 Secretária-Executiva esclareceu que esses informes eram realizados durante o mês subsequente à  
528 reunião e, considerando a realização de reunião extraordinária, alguns já haviam sido apresentados.  
529 Relatou que o Conselho Nacional havia encaminhado convite para a posse por mala direta para  
530 todos os Conselhos Municipais de Assistência Social e Estaduais, informando sobre as respostas  
531 recebidas. A Secretária-Executiva esclareceu que o questionário da agência pública da pesquisadora  
532 seria submetido à Presidência conforme procedimento da Ordem de Serviço nº 2, do Conselho  
533 Nacional. A seguir, a senhora Presidente registrou a presença do Conselheiro Edval. A Secretária-  
534 Executiva registrou a presença dos Conselheiros na titularidade, Conselheiros Carlos Rogério de  
535 Carvalho Nunes, Conselheira Fátima Rampim; e, na suplência Conselheira Maria Auxiliadora  
536 Bezerra de Araújo. O Conselheiro João Carlos Carreira Alves justificou sua ausência e que não  
537 havia constado no relato da Secretaria-Executiva. **Informes do MDS.** A Conselheira Edna relatou

538 que, como a Diretora do departamento responsável pela certificação havia informado na semana  
539 anterior, seria feita a publicação da Portaria de procedimentos nos próximos dias, o que não havia  
540 ocorrido por trâmites internos. Esclareceu que a Coordenação-Geral de Certificação havia iniciado a  
541 emissão de ofícios de vigência para entidades que precisavam complementar as informações já  
542 existentes nos processos de renovação em análise na Coordenação, tendo sido iniciada a remessa  
543 dos processos a serem analisados por outros Ministérios. Comunicou a publicação da sua liberação  
544 pelo Ministério da Fazenda para integrar a Coordenação-Geral de Certificação do MDS, sendo essa  
545 a última reunião como Conselheira representando o MF. **Informes da CIT.** A Conselheira Rosa  
546 Maria informou sobre a representação dessa Comissão no CNAS, relatando: Dia 13 de maio:  
547 reunião ampliada na Procuradoria Geral da República, para discussão da nova NOB 2010; dia  
548 07/06: foram pautados dois importantes pontos: apresentação do plano de integração e  
549 enfrentamento ao Crack, com pactuação da instalação de um CREAS em cada município, com  
550 destaque para o CREPOP, que era o CREAS para populações de rua; e, o debate e discussão da  
551 sistemática e instrumento para transição do modelo de desabilitação, com o FONSEAS tendo  
552 solicitado o aprofundamento desse tema antes dessa pactuação. A senhora Presidente  
553 complementou, relatando a abertura de discussão com os gestores para que o Brasil inteiro  
554 participasse, com a Conselheira Rosa Maria informando os entes que participariam. **Informes dos**  
555 **Conselheiros.** O Conselheiro Ferrari informou sua participação, como representante do CNAS, no  
556 final do mês de maio, no Fórum Pernambucano de Entidades para Cegos. Relatou a inauguração em  
557 Brasília, pela Federação Nacional das AVAPES, de algumas licenciadas, registrando que essa  
558 entidade já existia em Juiz de Fora, MG; Campo Grande, MS; Guarulhos e Santana do Parnaíba, SP;  
559 Porto Alegre, RS; Curitiba, PR, e, dia 01 de julho começaria em Teresina, PI. O Conselheiro Samuel  
560 informou, justificando sua ausência, o convite feito pelo MDS para compor uma mesa no dia  
561 seguinte no Seminário de Assistência Social e Direito; e, na Conferência Nacional de Economia  
562 Solidária dias 17 e 18. Registrou sua participação no CNAS nos últimos dois anos, na qualidade de  
563 membro suplente, destacando a importância dessa participação para o movimento, discorrendo  
564 sobre sua expansão e as ações realizadas, sendo lançado em breve um portal e uma cartilha dos  
565 Direitos Humanos e a inauguração de um Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos,  
566 relatando os parceiros nessa organização e destacando o trabalho realizado em Minas Gerais. O  
567 Conselheiro Frederico informou as participações em eventos, ressaltando a importância dos  
568 Conselheiros da Assistência Social no diálogo com as demais organizações. Comunicou a  
569 realização da 4ª Conferência das Cidades, e que não estavam acompanhando o seu desenrolar,  
570 informando também, sobre o evento iniciado no dia anterior pelo Conselho Federal de Psicologia  
571 sobre a atuação do psicólogo no SUAS, e que estava acompanhando, junto ao Presidente dessa  
572 instituição e demais entidades da Federação. A senhora Presidente informou que o Conselheiro José  
573 Crus e a Conselheira Simone estavam, nesse momento, participando desse evento, com discussão  
574 sobre o papel do psicólogo no SUAS, com o Conselheiro Frederico indicando o site  
575 <http://psisuas.pol.org.br> para acompanhamento *online*. O Conselheiro Clodoaldo informou que a  
576 Sociedade Civil em reunião realizada no dia 21/06/2010, havia definido o nome do Conselheiro  
577 Ferrari, do segmento de usuários, representante da FENAVAPE para a presidência do CNAS nessa  
578 nova gestão. O Conselheiro José Araújo, apresentando-se ao Pleno, relatou sua trajetória,  
579 comunicando a distribuição de um informe da Pastoral da Pessoa Idosa, explanando sobre a atuação  
580 dessa instituição, registrando sua presença e agradecendo a atenção da Secretaria-Executiva. A  
581 Conselheira Maria do Carmo colocou sua participação em algumas entidades, explicando que a  
582 Conselheira Marisa havia deixado informações sobre uma portaria que dava direito as pessoas com  
583 necessidades especiais a fazerem tratamento odontológico hospitalar, e que havia sido assinada no  
584 dia anterior. Concluindo, justificou sua ausência na reunião do dia seguinte e da qual não poderia  
585 participar por problemas familiares. O Conselheiro Renato Saidel informou a participação de sua  
586 entidade em diversos eventos no estado de São Paulo, ajudando na articulação e criação de fóruns  
587 regionais nesse estado para discutir a Assistência Social, com a participação de gestores municipais,

588 representantes da Secretaria Estadual, Usuários, trabalhadores e entidades de Assistência Social.  
589 Registrou sua ausência na reunião do dia seguinte, por estar participando nesse Seminário, mas que  
590 o Conselheiro Titular estaria presente. O Conselheiro Pasquini solicitou dados sobre o Seminário de  
591 Direito e Assistência Social e do qual gostaria de participar, já tendo feito sua inscrição. Indagou se  
592 haveria quorum para a reunião do dia seguinte e se o horário do dia 23 seria pela manhã ou à tarde,  
593 e se, participando de uma atividade conjunta, MDS e até Conselho, seria possível convocar o  
594 Suplente. A senhora Presidente esclareceu que havia sido combinado na reunião passada que a  
595 reunião seria até meio dia, com uma proposta da Sociedade Civil para se reunirem no dia 23 à tarde,  
596 com o Conselho podendo comparecer ao Seminário. O Conselheiro Pedro informou que nesse dia,  
597 às 17h, participaria da 9ª Oficina para Inclusão Digital, representando a CNBB, que assinaria dois  
598 convênios com o Ministério de Ciência e Tecnologia, para atender o programa dos Telecentros BR  
599 nos três estados da região sul do Brasil. A Conselheira Marisa, cumprimentando a todos, deu as  
600 boas vindas aos novos Conselheiros da Sociedade Civil. Informou a realização pelo COEGEMAS  
601 do Rio Grande do Norte, de 5 encontros regionalizados com os 60 promotores públicos do estado,  
602 sobre algumas medidas e cobranças aos gestores e que fugiam completamente da sua competência,  
603 discorrendo sobre a questão e as providências que haviam tomado para sanar essas dificuldades. A  
604 senhora Presidente, antes da conclusão do informe dos Conselheiros, comunicou o falecimento da  
605 mãe da Conselheira Maria José de Freitas, solicitando à Secretaria-Executiva que enviasse um  
606 telegrama em nome do CNA, por essa perda. Informou o recebimento de informe sobre a feira  
607 promovida pela Secretaria de Gestão Participativa da Saúde, tendo vaga para um palestrante no dia  
608 03/07, com o tema sendo a seguridade social e Assistência Social na seguridade, informando sua  
609 participação, ainda como Presidente, representando a Assistência Social. A Conselheira Leila,  
610 referindo-se ao relato da Conselheira Edna de alguns informes do MDS, sugeriu colocar na pauta de  
611 uma reunião a apresentação dessa diretoria e mais uma análise de como estava ocorrendo o trabalho  
612 e seus pontos importantes, para se acompanhar esse processo, considerando a importância da Lei  
613 12.101, ao que a senhora Presidente solicitou o registro desse pedido. O Conselheiro Clodoaldo  
614 referiu-se ao estado crítico de Alagoas e Pernambuco, indagando como o CNAS poderia contribuir  
615 com alguma ação para minimizar as conseqüências dessa catástrofe que havia acontecido. A  
616 senhora Presidente informou que se poderia mandar um telegrama para a Secretaria Estadual de  
617 Assistência Social, encarregada da questão das calamidades e também pedir ao MDS que se  
618 informasse junto ao Ministério das Cidades que medidas o governo federal estava tomando, para  
619 poder se tomar alguma decisão. O Conselheiro Renato Saidel sugeriu que o CNAS poderia  
620 encaminhar um ofício para Presidência, Ministério das Cidades e o MDS, se solidarizando e que  
621 acelerassem ao máximo esse processo em decorrência da necessidade desses dois estados. A  
622 senhora Presidente registrou a concordância de todos com relação às sugestões colocadas. Item  
623 **Apresentação da Comissão de Ética do CNAS: competências e funcionamento.** A Conselheira  
624 Edna, antes de proceder à apresentação do Código de Ética, solicitou à senhora Presidente que  
625 falasse sobre a importância da sua instituição, que discorreu sobre o mesmo, com vários outros  
626 Conselhos pautando-se no documento do CNAS. Prosseguindo, a Conselheira Edna informou que o  
627 Código de Ética havia sido instituído pela Resolução nº 209 de 2005, discorrendo sobre seus  
628 objetivos e finalidade: *“Artigo 1º orientar a conduta dos Conselheiros, tanto titulares como*  
629 *suplentes, publicizar as regras, éticas de conduta dos Conselheiros da Assistência Social para que*  
630 *a sociedade pudesse aferir a integridade e a lisura dos Conselheiros. Preservar a imagem e a*  
631 *reputação do CNAS. Estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses públicos e privados e*  
632 *limitações as atividades profissionais no exercício da função de Conselheiro. Criar procedimento*  
633 *de averiguação de infração ética. Parágrafo único, as normas deste Código aplicam-se aos*  
634 *Conselheiros no desempenho de suas funções. Os princípios que estão lá, os Conselheiros da*  
635 *Sociedade Civil e do Governo, os Conselheiros são agentes públicos e o exército de conduta dos*  
636 *Conselheiros exigem conduta compatível com os preceitos institucionais, com os preceitos da*  
637 *LOAS, do Regimento Interno deste Conselho e deste Código de Ética dentre outras normas legais.*

638 *O Conselheiro no desempenho de suas funções deverá primar pelos princípios constitucionais em*  
639 *particular, o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Aqui vemos que*  
640 *são esses os princípios constitucionais, mas para nossa vida, pessoal não só enquanto Conselheiro.*  
641 *O trabalho desenvolvido pelo Conselheiro é atividade não remunerada e considerado serviço*  
642 *público relevante. A Comissão de Ética de acordo como Artigo 11 da Resolução n.º 209 é órgão*  
643 *normativo e deliberativo no âmbito de sua competência, compõe-se de seis membros com*  
644 *representação paritária, escolhidos pela plenária, cujo mandato dos membros coincidirá com o*  
645 *mandato dos demais Conselheiros. Composição da Comissão de Ética, um coordenador,*  
646 *atualmente era o Conselheiro Josenir Teixeira, representante da OAB, e um coordenador adjunto,*  
647 *Conselheiro José Cruz, representante do MDS, e quatro Conselheiros. Conselheiros José Geraldo*  
648 *Diniz, representando o Ministério do Planejamento, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite*  
649 *representando a Federação Espírita, Conselheira Edna Aparecida Alegro representando o*  
650 *Ministério da Fazenda e Conselheira Maria Dolores da Cunha representante da FENAPAES. Neste*  
651 *momento passo esta apresentação pela ausência tanto do Coordenador anterior quanto do adjunto.*  
652 *No Artigo 14 trata dos procedimentos da Comissão de Ética, dos procedimentos a serem adotados*  
653 *pela Comissão de Ética para apuração de fato o ato que em princípio se apresente contrária a*  
654 *ética, em conformidade com este Código. Terão recurso sumário, ouvidos apenas o queixoso e o*  
655 *Conselheiro, ou apenas este, se a apuração decorrer de conhecimento de ofício cabendo sempre*  
656 *recurso ao Plenário do CNAS. NO Artigo 15 a Comissão de Ética não poderá dirimir de*  
657 *fundamentado o julgamento da falta de ética do Conselheiro alegando a falta de previsão neste*  
658 *código, cabendo-lhe recorrer a analogia, aos costumes e aos princípios éticos e morais conhecidos*  
659 *em outras profissões. Atribuições da Comissão de Ética. Receber denúncias e propostas para*  
660 *averiguação de infração ética que lhe forem encaminhadas, deliberando sobre a conveniência de*  
661 *instauração de procedimentos específicos e eventuais penalidades sendo vedadas denúncias*  
662 *anônimas. Instaurar de ofício, que é de iniciativa própria, procedimento, ato ou matéria que*  
663 *considere de passível de configurar em tese infração, a princípio norma ética. Receber denúncias e*  
664 *propostas para averiguação de infração à ética que lhe forem encaminhadas deliberando sobre a*  
665 *conveniência de instauração de procedimento específico e eventuais penalidades, sendo vedadas*  
666 *denúncias anônimas. Elaborar relatório circunstanciado e parecer conclusivo propondo, se devida,*  
667 *a aplicação de penalidades. Competências do Coordenador da Comissão de Ética: convocar*  
668 *reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão, presidir os trabalhos da Comissão, exercer o*  
669 *direito do voto de qualidade, exercer as atribuições que lhe forem atribuídas pelo Regimento*  
670 *Interno, ou por delegação da Comissão de Ética ou do Plenário do CNAS. Principais assuntos já*  
671 *discutidos na Comissão de Ética, junho de 2008 a junho de 2010. Processo eleitoral dos*  
672 *representantes da Sociedade Civil no Conselho Nacional e constantes ausências de conselheiros*  
673 *nas reuniões ordinárias e extraordinárias, nas comissões e grupos de trabalho. Que a Comissão de*  
674 *Ética deve pelo Regimento Interno ter no mínimo uma reunião semestral para organizar os seus*  
675 *trabalhos e ela funciona mais em função de ser demanda, mas que deve ser reunir sempre que*  
676 *demandada.” O Conselheiro Wanderly destacou a importância dessa Comissão, que não existia em*  
677 *muitos dos Conselhos, mas onde havia, aportava grande contribuição. A Conselheira Ana Carolina,*  
678 *indagou como procederia como substituta do Conselheiro Josenir, com a Conselheira Edna*  
679 *informando que as Comissões seriam recompostas pela Sociedade Civil e pelo Governo.*  
680 **Apresentação da Comissão de Normas do CNAS: Competências, funcionamento, desafios e**  
681 **balanços dos trabalhos.** A Conselheira Edna informou “A Comissão de Normas trata de propor  
682 *normatizações relativas ao Conselho e as todas as suas atribuições. Então Comissão de Normas,*  
683 *ela se reúne ordinariamente na tarde do primeiro dia das reuniões ordinárias do CNAS e*  
684 *extraordinariamente quando convocada. A Coordenadora da Comissão de Normas é Edna*  
685 *Aparecida Alegro representante do Ministério da Fazenda. Coordenador Adjunto é Renato*  
686 *Francisco dos Santos de Paula, representante do MDS. Aqui cabe uma informação para aqueles*  
687 *que estão chegando. As quatro Comissões temáticas, o coordenador de duas Comissões é*

688 representante do Governo e de outras duas comissões é representante da Sociedade Civil. E o  
689 coordenador adjunto também. Se o coordenador é da Sociedade Civil, o coordenador adjunto  
690 também é. Porque isso é importante ressaltar? Porque os coordenadores integram a Presidência  
691 ampliada e para que a paridade seja mantida é necessário que o coordenador e o coordenador  
692 adjunto sejam do mesmo seguimento, Governo ou Sociedade Civil. Integrantes da Comissão de  
693 Normas, representantes governamentais: Titular, Edna Aparecido Alegro representante do  
694 Ministério da Fazenda; Suplente, Mauricio Sarda Faria representante do Ministério do Trabalho e  
695 Emprego; Titular, Renato Francisco dos Santos de Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e  
696 Combate a Fome; Suplente, Bruno Moretti, Ministério do Planejamento e Gestão; Titular,  
697 Rosimere Oliveira, Ministério da Previdência Social; Suplente, Fátima Aparecida Rampin,  
698 Ministério da Previdência Social. Aqui cabe mais uma informação. Nem sempre o Suplente  
699 acompanha o Titular na Comissão, depende mais da sua disponibilidade, da sua área de  
700 conhecimento. Então o titular pode estar em uma comissão e o suplente em outra comissão como  
701 suplente de outro titular que já não definido em outra eleição. Representantes da Sociedade Civil:  
702 Titular, Carlos Eduardo Ferrari, Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais –  
703 AVAPE; Suplente, Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Titular, Thays Matinez,  
704 União Brasileira de Cegos; Suplente, Josenir Teixeira, Ordem dos Advogados do Brasil; Titular,  
705 Maria Dolores da Cunha Pinto, Federação Nacional das APAES; Suplente, Antonio Celso  
706 Pasquini, União Social Camiliana. No âmbito da Secretaria Executiva do CNAS a Comissão de  
707 Normas conta com assessoria técnica e operacional da Coordenação de Normas. Equipe da  
708 Coordenação de Normas: Cristiane Camargo Meneses, Coordenadora; Ariane de Almeida  
709 Rodrigues, Coordenadora Substitua e Chefe do Serviço de Normas; Dialuana Larissa Lupi; Maria  
710 de Fátima Teixeira de Souza; Evidênia Pereira da Silva. Atribuições da Coordenação de Normas  
711 conforme o Regimento Interno do CNAS: subsidiar o Conselho no cumprimento das competências  
712 referidas no Artigo 18 da LOAS. Inciso I, aprovar a política nacional de assistência social; Inciso  
713 II, normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo  
714 da assistência social; Inciso II, acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e  
715 organizações de assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.  
716 Este inciso incluído pela Lei 12.101. Inciso IV, apresentar relatório anual que conterà a relação de  
717 entidades e organizações de assistência social certificadas como beneficentes e encaminhá-lo para  
718 conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.  
719 Também incluído pela Lei 12.101. Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo  
720 de assistência social. Inciso VI, a partir da realização da 2ª Conferência Nacional de Assistência  
721 Social em 1997, convocada ordinariamente a cada quatro anos. Claro que aqui são as atribuições  
722 da Comissão de Normas diretamente, é do Conselho. A Comissão de Normas subsidia o Conselho  
723 no cumprimento de suas atribuições. Elaborar e aprovar o regimento interno. Divulgar o Diário  
724 Oficial da União todas as suas decisões. Isto aqui é também em forma de subsidio ao Plenário.  
725 Principais assuntos discutidos na Comissão de Normas, de junho de 2008 a junho de 2010: um dos  
726 assuntos mais discutidos aqui que não foi colocado por uma falha nossa na revisão, é a discussão  
727 dos processos de renovação, de concessão, de manifestação sobre importação que nós fizemos e  
728 boa parte desse período, embora em alguns momentos não julgando processos, mas discutindo sim  
729 os processos de certificação. O Regimento Interno do CNAS que culminou com a Resolução nº 53,  
730 aprovada em 31 de julho de 2008. A competência, outra discussão interessante foi tratar da  
731 competência do CNAS para manifestar sobre a natureza do bem a ser importado para fins de  
732 isenção do imposto de importação de bens recebidos em doação por instituições de assistência  
733 social e que resultou no reconhecimento de que a competência é do MDS e não deste Conselho.  
734 Essa atribuição foi dirigida àquele Ministério. Efeitos da Medida Provisória 446, de 7 de  
735 novembro de 2008, que dispôs sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social  
736 e regulou os procedimentos de isenção e de contribuições para seguridade. Efeitos da rejeição da  
737 Medida Provisória 446, em 12 de fevereiro de 2009; efeitos da Portaria MDS 208, de 1º de julho de

738 2009, que estabeleceu procedimentos para análise dos processos de concessão e renovação do  
739 certificado de entidade beneficente de assistência social. Projeto de Lei nº 3.021/2008, discussão  
740 das emendas e dos parlamentares e propostas do CNAS ao PL. Efeitos da 12.101, de 27 de  
741 novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social  
742 e regula os procedimentos de isenção de contribuições para seguridade social. Discussão e  
743 elaboração em conjunto com a Comissão de Conselhos da Resolução CNAS nº 11, de 11 de março  
744 de 2010, que estabelece os procedimentos aplicáveis as denúncias recebidas no CNAS. Discussão e  
745 elaboração em conjunto com a Comissão de Conselhos da Resolução CNAS nº 6, de 5 de maio de  
746 2010, que define parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência  
747 social, bem como dos programas, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos  
748 de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal. Discussão sobre os procedimentos  
749 internos relativos a processos nos quais se verificou erro na instrução, no julgamento e/ou na  
750 publicação. Nesses casos a Comissão identifica qual ação deve ser realizada, revisão ou  
751 retificação conforme o caso. Desafios para a Comissão de Normas, gestão 2010/2012, acompanhar  
752 e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência social junto ao  
753 MDS. Atribuição instituída pela Lei 12.101. Apreciar relatório anual que deverá conter a relação  
754 de entidades e organizações de assistência social certificadas como entidades beneficentes de  
755 assistência social e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos  
756 Municípios e do Distrito Federal. Atribuição instituída pela Lei 12.101. Articular como MDS por  
757 meio da Assessoria Parlamentar daquele Ministério, informações visando manter o  
758 acompanhamento da tramitação dos projetos de Lei referentes aos debates à assistência social no  
759 âmbito do Poder Legislativo. Revisar o Regimento Interno, as alterações promovidas pela Lei  
760 12.101. Aqui cabe uma informação. Imediato essa necessidade de rever e elaborar o Regimento  
761 Interno a partir desta nova situação jurídica com a Lei 12.101. Além disso, e que não consta aí,  
762 rever algumas Resoluções que já tem indicativos de revisão. Já são varias Resoluções que estão  
763 identificadas que devem ser revistas. Já constam aí na memória. O Regimento e essas outras  
764 Resoluções que já estão indicadas para serem revistas.” Colocando em discussão, a senhora  
765 Presidente observou que se teria que ir ao Regimento alterar as funções da Comissão de Normas,  
766 com algumas atribuições podendo ser transferidas para outra Comissão e sugerindo esse debate pelo  
767 Conselho. Informou que a Secretaria-Executiva já estava tentando ajudar, estruturando algumas  
768 questões que seriam trazidas ao Pleno para debate. A Conselheira Edna registrou que a Comissão de  
769 Normas subsidiava todas as atribuições do Conselho, informando que algumas não eram da  
770 competência de apenas uma Comissão, havendo uma interação entre as mesmas no caso de um  
771 assunto ser afeto a mais de uma área. O Conselheiro Pasquini, esclarecendo ter sido membro da  
772 Comissão de Normas durante todo seu tempo nesse Conselho, registrou que nessa última gestão,  
773 analisavam os processos de importação, tomando-se conhecimento posteriormente que não  
774 competia à essa Comissão, esclarecendo ter legislação específica sobre o assunto. Manifestou seus  
775 agradecimentos à Coordenação nesse período, solicitando que fosse dada continuidade ao trabalho  
776 da Conselheira Edna, convidando-a a participar, sempre que possível, nas próximas discussões. A  
777 Conselheira Edna registrou ter sido um grande aprendizado, colocando que enquanto estivesse  
778 assumindo a Comissão de Certificação, estaria presente pessoalmente para trazer as informações  
779 pertinentes. Relatou a inovação que havia ocorrido nessa composição no período 2008/2010, com a  
780 solicitação da presença da CONJUR do MDS nas reuniões da Comissão de Normas, avanço que  
781 teria que ser registrado e, se possível, mantido, considerando a importância da manifestação da  
782 Consultoria Jurídica. A senhora Presidente agradeceu a grande contribuição da Conselheira Edna,  
783 destacando a segurança jurídica proporcionada nas diversas questões. A Secretária-Executiva  
784 referiu-se às atribuições das Comissões, relatando ter seguido o Regimento Interno e a Lei  
785 Orgânica, com várias atribuições afetas à diversas Comissões. A senhora Presidente observou que  
786 os Conselheiros poderiam ir pensando nas escolhas que fariam, passando para o **Item**  
787 **Apresentação da Comissão de Conselhos do CNAS: competências, funcionamento, desafios e**

788 **balanços dos trabalhos**, pelo Conselheiro Ferrari: “A Comissão de Conselho ela é mais jovem  
789 desse Conselho, ela surgiu em 2007, e ela teve nesse último período a gestão compartilhada, e  
790 2008 a 2009 teve a frente da coordenação, a Conselheira Margareth Alves. Naquele momento era  
791 coordenador adjunto e no segundo momento a gente teve a frente da coordenação tendo  
792 companheiro Renato Saidel na Coordenação Adjunta. Temos aqui os membros e integrantes da  
793 Comissão de Conselho. Representando a Sociedade Civil na condição de titular, eu para  
794 Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência – AVAPE, Margareth Alves da FENAS,  
795 Renato Saidel da Associação da Igreja Metodista e como suplentes, companheiro Clodoaldo da  
796 FEB, Samuel Rodrigues do Movimento de Rua e Edivaldo Ramos da ABEDEV. Na representação  
797 governamental: Renato de Paula, Marta Sales, representando o FONSEAS, Sergio Wanderli  
798 representando os municípios e na suplência Maria do Socorro do MDS, a companheira Eutália do  
799 FONSEAS, e a Marisa Rodrigues representando o CONGEMAS. Como eu disse a Comissão foi  
800 criada em 2007, e eu vou pedir licenças aos companheiros aqui caso eu seja um pouco redundante  
801 nas falas, sei que o obvio não explica, mas acho que aqui tem que falar bastante, porque umas  
802 coisas que são claras, para outros Conselheiros não são, para que todos possam se apropriar.  
803 Como eu disse essa Comissão é jovem e surgiu a partir de um GT, que era GT Conselhos que criou  
804 a Resolução 53 de acompanhamento de fortalecimento dos Conselhos. Essa Resolução 53, em  
805 minha opinião, ela dá um salto de qualidade no controle social no âmbito de assistência  
806 fundamental junto com a 237, na medida em que ela efetivamente coloca esse Conselho Nacional  
807 mais próximo dos Conselhos Estaduais e Municipais e traz para esse Conselho Nacional os  
808 desafios no que se refere ao fortalecimento do controle social, no que se refere ao emponderamento  
809 dos Conselhos Estaduais e Municipais. Então pessoalmente entendo como um marco essa  
810 Resolução 53 e o surgimento da Comissão de Conselhos. Na próxima transparência temos a  
811 atribuição da Comissão de Conselhos, aliás, deixa só eu abrir um parêntese, quero pedir ao Renato  
812 Saidel, que se quiserem se manifestar e todos os outros companheiros fiquem a vontade. A  
813 atribuição segundo o Regimento Interno é subsidiada pelo CNAS no cumprimento das  
814 competências referentes ao acompanhamento e fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social.  
815 Essa atribuição ela está de fato bastante genérica e aprofundamos bastante o debate no que se  
816 refere às atribuições da Comissão de Conselhos, no período de 2008 a 2010, os senhores verão  
817 isso nas transparências mais a frente. Para aprimorar o aprofundamento desse debate  
818 principalmente com base nas próprias Resoluções do CNAS. AS Resoluções e s demandas  
819 apresentadas pelos Conselhos Estaduais e Municipais. Isso pautou bastante essa Comissão nesses  
820 dois anos e fez com que aprimorássemos o papel dessa Comissão. Vamos falar um pouquinho dos  
821 principais trabalhos realizados nesses últimos dois anos. Primeira a elaboração da proposta de  
822 acompanhamento da reunião ampliada, realizada em 2009, aí tem o título “Controle social  
823 interfeitas para a conclusão do SUAS”. Essa reunião ampliada teve um papel importante, foi o  
824 primeiro passo que este Conselho deu em direção a Conferência, que as Conferências Municipais e  
825 Estaduais e a Conferência Nacional de Controle Social tendo como ênfase o protagonismo dos  
826 usuários dentro do SUAS. Essa ampliada para nós foi bastante significativa porque nos ajudou a  
827 fortalecer o debate e a verificar como tornar essa Conferência efetivamente de fato sendo o  
828 protagonismo do usuário efetivamente tendo a participação popular como centro da Conferência.  
829 Também a Comissão de Conselhos elaborou uma proposta e fez todos os acompanhamentos e  
830 reuniões entre os Conselhos Estaduais e Municipais com a mesma temática. Então a participação  
831 do Controle Social no SUAS tendo com interface a consolidação do SUAS. E aí esse  
832 acompanhamento implicou na participação de Conselheiros da Comissão e de fora da Comissão,  
833 cabe aqui um destaque do apoio de toda Secretaria Executiva, todas as reuniões que os  
834 Conselheiros estiveram, sempre estivemos juntos, um membro da Secretaria Executiva, essa é uma  
835 praxe do Conselho Nacional. Isso facilita muito o trabalho do Conselheiro na medida em que a  
836 Secretaria Executiva dá todo o suporte para que possamos representar esse Conselho com  
837 qualidade. O CNAS participou dessas reuniões nos Conselhos Estaduais e Municipais levando a

838 temática, ouvindo, essas reuniões foram bastante ricas, e trazendo esse subsídio para que  
839 pudéssemos construir uma Conferência efetivamente participativa. Aí começa a mostrar a  
840 discussão conjunta com Comissões de Normas. Trabalhamos vários momentos em conjunto, mas  
841 em dois especiais formalmente constituídos foi para concepção da Resolução nº 11, que tratava do  
842 tratamento das denúncias e da Resolução n.º 16, que tratava dos parâmetros nacionais da  
843 inscrição nos Conselhos. Pessoalmente me orgulho muito de ter feito parte dessa Comissão da  
844 Resolução n.º 16 e essa Resolução n.º 11 ela foi fruto também de uma série de demandas dos  
845 Conselhos Municipais e Estaduais, e ela veio entender que fluxo, que tratamento daria para as  
846 denúncias recebidas neste Conselho Nacional. Foi um trabalho construído por um grupo composto  
847 por membros da Comissão de Conselhos e de Normas, depois lapidado dentro das duas Comissões  
848 sendo transformado numa Resolução. Também foi feito o programa de acompanhamento do plano  
849 de capacitação dos Conselhos Estaduais 2009. Esses conselheiros que participaram desta gestão,  
850 também foram capacitados, então foi um esforço gigantesco do MDS no sentido de promover a  
851 capacitação de conselheiros estaduais. Esse Conselho participou ativamente no acompanhamento  
852 desta capacitação. Já na oficina de concepção da capacitação não só por meio do Conselheiro,  
853 mas também sempre com o acompanhamento da Secretaria Executiva. Fizemos parte também do  
854 acompanhamento da capacitação que começou agora a ser oferecida para os 22 mil conselheiros  
855 em âmbito municipal. Veja que a todo tempo a preocupação é de fortalecer o controle social lá na  
856 base. Então aqui nesse momento a base da capacitação tem sido exaustivo e participamos de  
857 maneira ativa, como protagonistas mesmo no debate desta capacitação. O plano de ação da  
858 Comissão de Conselhos. A gente discutiu como eu disse, por conta do acúmulo de Resoluções  
859 CNAS e das demandas que nos foram oferecidas, identificamos a necessidade de um plano de ação  
860 para Comissão de Conselhos. Até falamos isso e temos discutido nas reuniões da necessidade de  
861 montar uma agenda para o Conselho para a Sociedade Civil e a Coordenação de Conselhos  
862 discutiu que precisaria ter um plano de ação não só para a gestão que estava, mas que pautava  
863 para a Comissão como um todo. E aí ela trabalhou esse plano de ação a partir da seguinte  
864 metodologia: objetivos estratégicos a partir desses objetivos, a gente foi lapidando e discutindo a  
865 operação e objetivos, em fim, foi afinando a discussão dessa operação e ações, para cada  
866 operação desses objetivos estratégicos. Aqui trago os objetivos estratégicos que foram identificados  
867 pela Comissão depois aprovado pelo Conselho para esse plano de ação. Então primeiro afigurar  
868 que os Conselhos cumpram sua função de caráter deliberativo de acordo como o Artigo nº 16 da  
869 LOAS. Aqui implica em fazermos gestão junto ao CONGEMAS, junto ao FONSEAS, implica num  
870 trabalho conjunto, junto aos Conselhos Estaduais. Vocês vão ver que essa é uma lógica que se  
871 repete nos outros objetivos, mas para que efetivamente a gente cumpra essa situação de Conselho  
872 deliberativo que para nós aqui no Nacional, muitas vezes parece óbvia e clara mas que muitas  
873 vezes no município e alguns estados, os Conselhos ainda não tem isso claro, principalmente nos  
874 municípios, a MUNIC nos mostrou muito bem isso. Trabalhar bem essa postura e esse empenho de  
875 Conselho deliberativo. Estabelecer diretrizes para modernização da estrutura organizacional dos  
876 Conselhos de Assistência Social. Essa modernização implica em recursos operacionais, na  
877 possibilidade do Conselho poder atuar em rede, se comunicar, ter um computador para que ele  
878 possa receber e-mail, em fim, ter toda estrutura necessária para que ele possa operar. Vão ver que  
879 mais a frente isso se repete em nossos desafios vinculados a esse plano de ação. Orientar aos  
880 Conselhos Estaduais do DF e dos Municípios no que se refere às fiscalizações nas entidades de  
881 assistência social, dos serviços e financiamento. Aqui vamos trabalhar bastante no sentido do  
882 cumprimento da Resolução nº 16 e não só da inscrição, mas da fiscalização do acompanhamento.  
883 O papel dos Conselhos? De novo repetindo, vejam que o Conselho vai conversar com os Conselhos  
884 Municipais e Estaduais. Criar e implantar procedimentos aplicáveis as denúncias recebidas pelo  
885 Conselho Nacional. Isso aqui está no plano de ação já foi em boa parte atendido pela Resolução nº  
886 11. Obviamente essa próxima gestão vai precisar materializar a Resolução nº 11. Propor e  
887 acompanhar as ações de capacitação dos Conselhos dos Conselheiros de Assistência Social. Então

888 *vejam que tem uma ação de grande fôlego pelo MDS que agora está indo para os municípios, mas*  
889 *que esse é um processo continuo e essa Comissão vai ter de estar atenta nesses próximos anos para*  
890 *verificar quais são as necessidades, onde cabe capacitação, que estratégia vamos utilizar para*  
891 *fazer essa capacitação, com quais atores vamos conversar, como vamos fazer essa articulação com*  
892 *o CONGEMAS, com o FONSEAS, com o FONASEAS? Divulgar junto aos Conselhos*  
893 *principalmente para divulgação e gestão do controle social. Quais instrumentos de informação que*  
894 *tenho? Hoje por conta de um bom trabalho desenvolvido pela SAGI, temos uma série de*  
895 *instrumentos para trabalhar de forma qualitativa e informações referentes a assistência social e*  
896 *precisamos fazer com que os Conselhos Estaduais e Municipais se apropriem desses instrumentos*  
897 *de informação, para que eles possam fazer o controle de qualidade. Se formos lembrar aquelas três*  
898 *dimensões do controle de qualidade, técnica, política e ética. Acho que o grande desafio é fazer*  
899 *com que os Conselhos possam se apoderar desses instrumentos de informação. Potencializar as*  
900 *relações dos Conselhos Estaduais entre si com outros Conselhos setoriais de políticas de direitos e*  
901 *com poderes constituídos. Essa intersectorialidade, temos batido bastante nessa tecla, desde a*  
902 *Comissão de Conselhos da importância dos Conselhos conversarem mais com os Conselhos de*  
903 *políticas de direitos, de fazerem articulação, para que tenhamos dentro da política de assistência*  
904 *social, desde da base, uma intersectorialidade na construção da política. Oferecer subsídios para*  
905 *construção de uma pesquisa nacional sobre Conselho de Assistência Social. Além da MUNIC que*  
906 *foi apresentado ontem, vamos saber mais informações do tipo se estão funcionando, se é que estão*  
907 *funcionando. Uma pesquisa de ordem quantitativa e principalmente qualitativa. Precisamos ouvir*  
908 *esses Conselhos para que possamos inclusive dimensionar nosso trabalho e ter norteadores para o*  
909 *nosso trabalho. O MDS já se mostrou propicio a fazer esse trabalho, então vamos precisar*  
910 *conversar com o MDS para saber como a gente estruturará essa pesquisa, o que esse Conselhos*  
911 *acha importante, e a Comissão de Conselhos vai fazer essa interlocução com o Conselho, para que*  
912 *tenhamos uma pesquisa e assim fornecer um cenário que como está sendo feito o controle social da*  
913 *assistência social neste país. Monitorar a política de implementação da política de comunicação.*  
914 *Nesses últimos dois anos, foi feito um trabalho bastante bacana. Foi feito um GT de comunicação*  
915 *que criou uma política de comunicação e aí agora temos o desafio de monitorar a implementação.*  
916 *A nossa Presidente tem batido na tecla da importância desse Conselho de falar com a sociedade,*  
917 *de estar mais presente junto à sociedade brasileira como um todo. Já está em curso é acompanhar*  
918 *o acórdão do TCU. Está sendo feita uma oficina, esse acórdão trata de algumas irregularidades,*  
919 *ele traz alguns achados referentes ao não cumprimento de algumas ações por parte dos Conselhos*  
920 *Municipais de Assistência Social. Foi proposta uma oficina, a Comissão de Conselhos discutiu isso*  
921 *no MDS e essa oficina vai acontecer em agosto no sentido de atender a demanda desse acórdão é*  
922 *uma oficina de caráter orientador, já que o TCU fez uma pesquisa em 40 municípios e nesses*  
923 *municípios, 40 tiveram algum achado. Percebe-se aí a necessidade de muita capacitação. Nosso*  
924 *objetivo é trazer para essa oficina, não só os Conselhos que foram citados no acórdão, mas todos*  
925 *os estados da Federação, as Secretarias Executivas desses estados, os gestores desses municípios,*  
926 *para que tenhamos nessa oficina não só o momento para atendimento desse acórdão, mas um*  
927 *momento de multiplicação desse conhecimento. Uma coisa bacana é que essa oficina vai ser*  
928 *transmitida on line e todos os municípios poderão acompanhar de debater. Esse é um desafio que*  
929 *parte de oficina, mas não é só oficinas, então a Comissão vai precisar discutir quais os outros*  
930 *passos que ela vai precisar dar para suprir o problema apresentado por esse acórdão. Fazer*  
931 *gestão junto aos CONGEMAS, FONSEAS e FONASEAS, para adequação da Lei de criação dos*  
932 *Conselhos de Assistência Social em conformidade com a LOAS. Aí a Presidente foi muito feliz.*  
933 *Vamos precisar muito da Comissão de Normas, acho que é um trabalho conjunto. A Comissão de*  
934 *Normas vai nos ajudar dando todo o aparato legal para fazermos isso, pensando legalmente como*  
935 *os Conselhos Municipais vão poder fazer para caminhar nesse sentido. Foi criado agora um*  
936 *conjunto de orientações já para que os Conselhos Municipais possam fazer esse trabalho. Orientar*  
937 *aos Conselhos de Assistência Social para que ações de Comissões externas para estimular e*

938 *fortalecer outras formas de participação da sociedade civil. Isso é muito legal porque se nós do*  
939 *Conselho Nacional temos que nos aproximar dos Conselhos como um todo e fortalecer o controle,*  
940 *os Conselhos Estaduais vão precisar fazer isso da mesma forma e os municipais da mesma forma.*  
941 *Vão precisar se aproximar da comunidade para fazer com que tenhamos comitê de participação,*  
942 *para fazer com que dentro do município para além do Conselho tenhamos outras formas de*  
943 *participação, como fóruns, como comissões locais. Trabalhar também no processo de escolha dos*  
944 *Conselheiros da Sociedade Civil. Aqui existe uma consulta pública tratando disso. Essa gestão*  
945 *discutiu muito, não só dentro da Comissão de Conselho, mas dentro de grupos de trabalho desse*  
946 *processo de escolha, eu acho que vai ser um grande desafio para esta gestão que tomou posse hoje.*  
947 *A Comissão de Conselho tem um papel de escuta, de ouvir os Conselhos Estaduais e Municipais e*  
948 *dar todo suporte. No que se refere ao SEAS dos Conselhos Estaduais de Assistência Social*  
949 *trabalhar para que eles tenham também essas Comissões de acompanhamento do Conselhos*  
950 *Estaduais. Propor a Resolução que ponte infra-estrutura mínima para funcionamento do Conselho*  
951 *de Assistência Social. Aqui gente, infra-estrutura mínima é garantir espaço físico que não seja no*  
952 *3º andar, que tenha acessibilidade para qualidade dos profissionais. Criar calendário anual de*  
953 *acompanhamento dos gestores. Se conseguirmos ter esse calendário funcionando, veja que esse*  
954 *calendário vai funcionar em rede e vai pautar os Conselhos Municipais e Estaduais no próprio*  
955 *Conselho Nacional. Acompanhar junto aos Conselhos Municipais a implantação da Secretaria*  
956 *Executiva e da Assessoria Técnica conforme se situa a NOBRH. A NOBRH, para os Conselheiros*  
957 *que estão chegando, eu entendo como uma das principais conquistas deste Conselho. Ela trata dos*  
958 *Recursos Humanos no âmbito da assistência, os trabalhadores evoluíram muito nesse debate. E aí*  
959 *precisamos ter uma Secretaria Executiva dentro do que preceitua na NOBRH. Que a Secretaria*  
960 *Executiva tenham condições de trabalhar e que efetivamente possa cumprir o seu papel para*  
961 *qualidade de trabalho do Conselho Municipal. Aprovar Resolução orientando os Conselhos de*  
962 *Assistência Social no que se refere ao funcionamento dos Conselhos em período integral. Todo*  
963 *mundo aqui já viu o Conselho Municipal que funciona meio período, ou que quando funciona meio*  
964 *período, ou às vezes não tem nem lugar específico para funcionar. Orientar os Conselhos*  
965 *Estaduais no que esteja suas atribuições, no que esteja NOBSUAS referente à Assessoria, aos*  
966 *municípios, referentes às normas e Resoluções preceituadas pelo CNAS. A gente ouviu muito*  
967 *municípios e estados, o Conselheiro Sidel tem dito muito isso, que essas Resoluções não têm tanto*  
968 *poder legal e tentam desconstruir todo um trabalho fortalecido pelo controle social. E o*  
969 *companheiro Sidel tem batido muito nessa tecla na Comissão de Conselhos. A Comissão de*  
970 *Conselhos enxergou esses desafios de fazer com que os municípios e estados efetivamente cumpram*  
971 *as Resoluções que são aprovadas dentro desse Conselho. Só assim vamos ter um SUAS e um*  
972 *controle social forte. Os municípios e estados precisam entender o papel deliberativo dos*  
973 *Conselhos. Criar limitações ao Conselho Estadual para que os Conselhos de Assistência Social*  
974 *criem rotina para recebimento de denúncias e irregularidades. Criar temáticas de*  
975 *acompanhamento da política de capacitação. Isso é muito importante. Mas e aí como é que a gente*  
976 *acompanha e evolução qualitativa dessa capacitação? Falamos tanto de monitoramento no âmbito*  
977 *da assistência e é importante que tenhamos o acompanhamento dessa capacitação até para criar*  
978 *daí, novas estratégias. Produzir e socializar estudo referente ao protagonismo do usuário no*  
979 *âmbito da assistência social. Só que vamos ter que discutir junto ao MDS. O protagonismo do*  
980 *usuário é um norte, é um fato já nesse Conselho e queremos que seja um fato a todos os Conselhos*  
981 *Estaduais e Municipais deste país. Aqui também trata de criar mecanismos para repasse de*  
982 *recurso. Então como orientamos os Conselheiros de Assistência Social sobre o repasse de recursos*  
983 *do Fundo Nacional de Assistência Social. Em fim, quero agradecer. Tentei ser um pouco rápido*  
984 *para abrir para o debate, mas queria fazer algumas considerações finais antes de abrir. Primeiro*  
985 *quero reforçar a fala da Mercês no que se refere as cartilhas que estão sendo oferecidas a vocês*  
986 *que estão sendo disponibilizadas aos Conselheiros que estão chegando. Desde que assumi, minha*  
987 *formação não é da área de assistência e desde que assumi aqui, minha militância sempre foi no*

988 *seguimento de pessoa com deficiência. Meu desafio foi ler isso e reler, e toda vez descubro coisa*  
989 *nova. Então queria reforçar em especial para aqueles que vão para a Comissão de Conselhos da*  
990 *importância dessa cartilha, do quanto ela nos pondera e permite fazer um debate com maior*  
991 *qualidade. Dizer da importância dessa intersectorialidade entre as Comissões. Experimentamos isso*  
992 *com a Comissão de Normas e Comissão de Política. Dizer que existem muitos desafios. O Plano de*  
993 *Ação é bastante provocativo e ele mergulha mesmo, principalmente nessa Resolução nº 237 e na*  
994 *Resolução nº 53. Então quando começarem a fazer o trabalho da Comissão vão perceber esses*  
995 *outros desafios”.* A senhora Presidente, parabenizando a apresentação, abriu para debate. O  
996 Conselheiro Wanderly discorreu sobre os avanços alcançados e o importante trabalho  
997 desempenhado pela Comissão, que havia avançado muito, mas que continuava tendo dificuldades  
998 em levar as normatização para conhecimento e aplicação pelos municípios. Discorreu sobre as  
999 atividades do gestor e as diferentes visões sobre capacitação e que passavam longe do que havia  
1000 sido discutido no CNAS e da sua visão de Política Pública. Ressaltou a presença do Professor  
1001 Edival Bernadino Campos, que colocava principalmente a discussão popular, com os desafios  
1002 alavancando o avanço para o controle social no país. Ponderou que a prática trazia muitas  
1003 diferenças em relação ao que era colocado, indicado o trabalho a ser realizado pelo Conselho  
1004 Nacional para a capacitação dos Municipais. A Conselheira Marisa manifestou o entendimento  
1005 sobre a importância dessa Comissão para o emponderamento dos Conselhos Municipais , que se  
1006 constituíam em um verdadeiro termômetro da gestão, sendo importante o fortalecimentos desses  
1007 fóruns para que assumissem de fato as suas funções. A Conselheira Marisa encaminhou uma  
1008 proposta à Comissão e ao Conselho , para que ainda nesse ano se fizesse um chamamento para os  
1009 presidentes dos SEAS estaduais, para apresentar *in loco* as deliberações não só do Conselho de  
1010 Ética, mas também de outras Comissões. Informou o recebimento de algumas perguntas dos  
1011 Conselheiros regionais, onde não havia ocorrido capacitação, indagando o que se poderia fazer para  
1012 que essas regiões tomassem conhecimento dos dias de sua realização, para se promover um grande  
1013 movimento e poderem participar. Indagou sobre os calendários e quais as instituições que  
1014 capacitariam esses municípios regionalmente, principalmente do nordeste. A Conselheira Maria  
1015 Auxiliadora manifestou que gostaria de incluir na pauta, indagando como os Conselhos faziam a  
1016 capacitação, ressaltando a diferença das culturas regionais. Elogiou as palavras do Conselheiro  
1017 Ferrari, destacando falhas em com relação à acessibilidade e indagando se o Conselho era  
1018 capacitado para receber essa demanda, considerando as diferenças regionais no Brasil, destacando  
1019 as dificuldades existentes no nordeste. Ressaltou a falha na capacitação dos Conselhos, indagando  
1020 como se poderia treinar e capacitar, relatando a dificuldade com relação à falta de intérprete de  
1021 libras. A Conselheira Leila destacou a qualidade das Comissões, pactuando com as colocações dos  
1022 Conselheiros, tendo que se trabalhar de forma planejada em cada uma das Comissões, como  
1023 também priorizar o conjunto de proposições apresentadas, considerando que muitas tinham um  
1024 orçamento específico. O Conselheiro Renato Saidel parabenizou pela exposição, que havia  
1025 contemplado tudo sobre o que a Comissão de Conselho havia se debruçado nesses dois anos,  
1026 citando o importante apoio da assessoria técnica. Ponderou ser um desafio para a Comissão de  
1027 Conselhos de estabelecer uma linha de comunicação eficaz e eficiente com os Conselhos Estaduais  
1028 e Municipais de Assistência Social, para se ouvir e poder responder às demandas apresentadas. O  
1029 Conselheiro Wagner, informando sua atuação em um Conselho Municipal observou que muitas  
1030 dessas informações não chegavam até à ponta, como também que procedimentos adotar em relação  
1031 a determinados assuntos, citando os serviços da tipificação. Referendou as palavras da senhora  
1032 Presidente de que a salvação de muitos Conselhos era o site do CNAS, indagando como se chegaria  
1033 àqueles Conselhos que não tinham essa ferramenta e que ficavam excluídos desse processo, o que  
1034 se constituía em um desafio para essa Comissão que precisava dar o apoio necessário. Concluindo,  
1035 deixou um desafio para a próxima Comissão de como mudar esse papel dos Conselhos, em vez de  
1036 ser homologador e sim discutir efetivamente a Política Pública. O Conselheiro Edivaldo  
1037 cumprimentou o Coordenador pela explanação da Comissão, agradecendo a oportunidade de ter

1038 participado nessa função, discorrendo sobre as discussões realizadas, com a próxima gestão  
1039 tentando encaminhar e discutir com o MDS, CONGEMAS e FONSEAS a questão da observância  
1040 sobre os tratamentos dados aos Conselhos, citando algumas dessas questões. Referiu-se ao ponto  
1041 que havia colocado anteriormente, mas que não havia sido efetivado, sobre a apresentação de  
1042 Conselhos dentro do Conselho Nacional, não tendo sido discutida a recomposição do CNAS,  
1043 esperando que de 2010 a 2012, apresentassem a sugestão de que fossem incluídos representantes de  
1044 sua entidade nos Conselhos Estaduais e Municipais. A Conselheira Margareth concordou com as  
1045 colocações da Conselheira Marisa, com a convocação dos Presidentes dos Conselhos Estaduais,  
1046 Vice-Presidentes e Secretários-Executivos. O Conselheiro Pedro referiu-se ao volume de trabalho  
1047 que havia sido colocado pelo Conselheiro Ferrari, colocando que, pela experiência tida, sabiam que  
1048 dessa articulação com os Conselhos, tanto Estadual quanto Municipal, dependia a caminhada da  
1049 Assistência Social, citando a apresentação feita pela SAGI no dia anterior e os dados apresentados.  
1050 Ressaltou que o grande desafio era fazer chegar a informação aos Conselhos Municipais e de que  
1051 forma isso seria feito. O Conselheiro Edivaldo, cumprimentando os presentes, desejou aos novos  
1052 Conselheiros um trabalho profícuo e que contribuísse para a Assistência Social, destacando a  
1053 evolução dessa Política. Colocou os desafios existentes para a Assistência Social e para o CNAS, e  
1054 que a nova gestão com certeza ajudaria a vencer, trazendo novos conceitos e com a chegada dos  
1055 usuários aportando uma nova interlocução. Concluindo, registrou seus agradecimentos ao  
1056 profissionalismo dos servidores desse Conselho, destacando a qualidade dos serviços prestados. O  
1057 Conselheiro Ferrari discorreu sobre o funcionamento da Comissão na parte da manhã, sendo que  
1058 seus membros podiam fazer parte de outra, destacando o grande volume de trabalho e registrando a  
1059 importância da frequência para o bom desempenho das suas responsabilidades. Destacou as ações  
1060 realizadas e como o trabalho poderia ser otimizado, ressaltando a importância da acessibilidade e o  
1061 destaque pelo Conselho, que havia elaborado uma série de documentos sobre a questão. Indicou o  
1062 trabalho realizado pela Secretaria-Executiva, e onde os Conselhos Municipais deveriam atualizar  
1063 seus dados, ressaltando que a interlocução, também com os Conselheiros Estaduais deveria ser uma  
1064 constante. A senhora Presidente lembrou que a Sociedade Civil deveria escolher a Comissão na  
1065 qual participaria, visto já ter que fazer convocação para a próxima reunião e já dentro das  
1066 Comissões. O Conselheiro Renato Saidel observou que essa definição estaria pronta até a manhã do  
1067 dia seguinte, tendo uma reunião nessa noite e onde essas questões seriam definidas. Dirigindo-se à  
1068 Conselheira Marisa, com relação ao chamamento aos Conselhos Estaduais, explicou que o CNAS já  
1069 estava planejando esse encontro com representantes de Conselhos, gestores estaduais e municipais e  
1070 as Secretarias-Executivas. A Secretária-Executiva comunicou o convite da Ministra para cerimônia  
1071 de abertura do novo portal do MDS, no dia 23 de junho, às 17h30, no Ministério da Cultura,  
1072 auditório térreo, Bloco B. **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente encerrou a reunião para o  
1073 almoço, convidando a todos a retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a senhora  
1074 Presidente, informando da possibilidade de concluir os trabalhos mais cedo, solicitou à Secretária-  
1075 Executiva que realizasse a conferência do quorum: Conselheiros Titulares ou na titularidade: José  
1076 Geraldo; Márcia Pinheiro; Edna; Fátima Rampim; Frederico; Carlos Ferrari; Simone e Samuel.  
1077 Continuando, a senhora Presidente informou que estavam tentando entrar em contato com o  
1078 representante da Secretaria Geral da Presidência da República, para adiar a exposição sobre o tema  
1079 da população em situação de rua, para que todos pudessem participar do Seminário integralmente  
1080 no dia seguinte. **Item Apresentação da Comissão de Política do CNAS: competências,**  
1081 **funcionamento, desafios e balanços dos trabalhos.** O Conselheiro Frederico procedeu à leitura:  
1082 *“Comissão de Política, o horário de funcionamento na tarde do 3º dia das reuniões ordinárias,*  
1083 *claro que a maioria das vezes começa às 14 horas, Coordenador Frederico Jorge Souza Leite, o*  
1084 *adjunto José Ricardo Caporal, equipe de apoio da Secretaria Executiva, Coordenação de Política,*  
1085 *coordenadora Maria Auxiliadora Pereira (Dorinha), a equipe, Carolina Ribeiro da Silva, Maria*  
1086 *Antonia Pereira Valente e Rosiele Alves de Brito Bonfim. Antes que eu esqueça, os agradecimentos*  
1087 *que eu faço não só em meu nome, mas em nome de todos os Conselheiros que tiveram durante esses*

1088 *dois anos convivendo com essa equipe e nunca mediu esforços para que nós possamos construir*  
1089 *dentro da comissão de política e também trazer aqui para o pleno total apoio. Realmente eu faço*  
1090 *minhas as palavras do Edval, a responsabilidade, a preparação técnica dessa equipe de estar a*  
1091 *todo momento nos dado sustentabilidade para nossos processos de discussões na comissão.*  
1092 *Conselheiros integrantes da Comissão de Política, representantes governamentais, titulares,*  
1093 *Simone Aparecida Albuquerque – MDS, ao meu lado direito, Marta Oliveira Sales - Fonseas, José*  
1094 *Ferreira da Crus – MDS. Suplentes: Maura, Luciane, Conceição de Souza – MDS, Marisa*  
1095 *Rodrigues da Silva – Congemas, Maria do Socorro Fernandes Motta – MDS. Representantes da*  
1096 *Sociedade Civil: Titulares – Frederico Jorge de Souza Leite – FENAPAES, José Ricardo Caporal,*  
1097 *Margarets Alves Dallaruvera. Suplentes: João Carlos Carreira Alves, Samuel Rodrigues, Edvaldo*  
1098 *da Silva Ramos. Nós faremos a parte das competências seguindo pela LOAS. ‘Competências da*  
1099 *Comissão de Política. De acordo com o artigo 18 da LOAS e regimento interno do CNAS: 1º –*  
1100 *Aprovar o texto da política nacional de assistência social; 2º – Normatizar as ações e regular a*  
1101 *prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social; 2º –*  
1102 *Acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organização de assistência*  
1103 *social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Lei 12.101/09. 4º – Apreciar o*  
1104 *relatório anual que conterà a relação de entidades e organizações certificadas como beneficentes e*  
1105 *encaminhá-la para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos estados, municípios e*  
1106 *Distrito Federal Lei 12.101/09. 5º – Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e*  
1107 *participativo da assistência social – SUAS. 6º – A partir da realização da 2ª Conferência Nacional*  
1108 *de Assistência Social em 1997, convocar ordinariamente a cada 4 anos a Conferência de*  
1109 *Assistência Social, que terá atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor*  
1110 *diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema, relação dada pela Lei 9.720 de 26/04/1991. (Não*  
1111 *houve leitura do 7º e 8º). 9º – Aprovar critérios de transferência de recursos para os estados e*  
1112 *municípios e Distrito Federal, considerando para tanto, indicadores que informem sua*  
1113 *regionalização mais equitativa. Tais como, indicadores estabelecidos e aprovados pelo CNAS,*  
1114 *contidos no índice SUAS, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para os*  
1115 *estados, Distrito Federal e municípios, sem prejuízo das disposições da Lei de diretrizes*  
1116 *orçamentárias. 10º – Acompanhar e avaliar a gestão do recurso, bem como os ganhos sociais do*  
1117 *desempenho de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. 11º – Estabelecer*  
1118 *diretrizes, apreciar e aprovar os serviços, programas e projetos anuais e plurianuais do Fundo*  
1119 *Nacional de Assistência Social – FNAS. 12º - Elaborar e aprovar seu regimento interno. 13º -*  
1120 *Divulgar no Diário oficial da união, todas as suas decisões, bem como, as contas do fundo*  
1121 *nacional de assistência social e respectivos pareceres emitidos. Bem no âmbito da Secretaria*  
1122 *Executiva do CNAS, a coordenação da política tem como função assessorar tecnicamente o CNAS*  
1123 *na Comissão de Política da Assistência Social no desempenho de suas atribuições. Principais*  
1124 *assuntos discutidos na comissão de política de junho/2008 a junho/2010: Discussão conjunta com o*  
1125 *CONANDA - A - Orientações técnicas sobre serviços de acolhimento para crianças e adolescentes;*  
1126 *Criação de GT CONANDA/CNAS; Realização conjunta de consulta pública e aprovação da*  
1127 *resolução conjunta CNAS/CONANDA N° 1 de junho de 2009 B – Estabelecimento de parâmetros*  
1128 *para orientar a constituição de comissões intersetoriais de convivência familiar e comunitária no*  
1129 *âmbito dos estados, municípios e Distrito Federal, publicação da resolução conjunta N° 1 de junho*  
1130 *de 2010. Programa BPC na escola, acompanhamento de sua implantação, envio de ofício aos*  
1131 *municípios que não aderiram ao programa e articulação com o MEC, CONANDA, CONADE e os*  
1132 *Conselhos de assistência social. Benefícios eventuais: discussão sobre a regulamentação dos*  
1133 *benefícios eventuais, divulgação do levantamento dos benefícios eventuais realizados em 2009,*  
1134 *divulgação do mesmo, junto aos conselhos da assistência social, definição de estratégias para*  
1135 *enfrentar os desafios apresentados no levantamento nacional, realização da reunião com o*  
1136 *conselho nacional de saúde e criação de um grupo de trabalho com o objetivo de debater o*  
1137 *resultado do levantamento visando reordenar os benefícios eventuais em consonância com as*

1138 atribuições da política de assistência social e de saúde.’ É muito interessante contar essa questão  
1139 que o CONANDA foi o Conselho que nós mais construímos em conjunto e iniciamos essa prática  
1140 também com o Conselho Nacional de Saúde, que acredito que vá também se prolongar durante  
1141 essa próxima gestão, já que há temas em que precisamos estar discutindo em conjunto. ‘Projeto Lei  
1142 nº 3077/2008 PL/SUAS. Discussão das emendas dos parlamentares de proposta do CNAS ao PL da  
1143 articulação em âmbito nacional para coleta de cerca de 40 mil assinaturas de apoio ao PL, que  
1144 discutimos na comissão, no pleno, nossa meta eram 100 mil assinaturas, chegamos a 40 mil, mas  
1145 eu acredito que também é algo que teremos que retomar outras estratégias para a questão do  
1146 projeto. Projeto Lei nº 3021/2008 PL/SEBAS. Discussão das emendas dos parlamentares de  
1147 proposta do CNAS ao PL. Projeto de Lei 3.800 de 2008, discussão e posicionamento do CNAS.  
1148 Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Discussão do tema no âmbito da comissão e do  
1149 plenário do CNAS no período de agosto a novembro de 2009 e aprovação pela resolução do CNAS  
1150 nº 109 de 11 de novembro de 2009. Informe de discussão sobre o fundo nacional do Idoso.  
1151 Solicitação de nota técnica a SNAS a respeito das implicações da aprovação do fundo nacional do  
1152 idoso em relação a política de assistência social. Participação do CNAS na subcomissão de  
1153 articulação de mobilização da 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental. Aprovação e realização  
1154 do processo de debate para definição dos trabalhadores do SUAS que integram o SUAS.  
1155 Realização de encontros regionais e nacional que terão como objetivo, discutir a luz da concepção  
1156 e organização do SUAS em uma proposta de conteúdo de resolução de definição dos trabalhadores  
1157 do SUAS para ser debatida e deliberada pelo CNAS. Estratégia do CNAS de realizar um debate  
1158 democrático e participativo com os trabalhadores que integram o SUAS.’A 4ª Conferência  
1159 Nacional de Saúde mental ocorrerá do dia 27 ao dia 01, nós estamos não só no processo da  
1160 organização da Conferência, mas também na coordenação de mesa, discutindo a questão do  
1161 controle social, a questão da saúde mental, para que possamos trazer situações que são postas  
1162 para a assistência social junto a essa população. ‘Principais desafios para a comissão de política  
1163 na gestão 2010/2012. Definir uma pauta propositiva da Comissão de Política com a previsão  
1164 periódica da avaliação dos meios sociais dos programas, projetos, serviços e benefícios, bem como  
1165 da rede socioassistencial do SUAS, tendo como referenciais deliberações da 7ª Conferência  
1166 Nacional de Assistência Social, o plano decenal de assistência social, os Censos, avaliações e  
1167 relatórios de gestão do MDS. Coordenar e potencializar juntamente com o MDS o debate  
1168 democrático e participativo com os trabalhadores que integram o SUAS, para posterior aprovação  
1169 do CNAS de resolução que define esses trabalhadores. Acompanhar junto a SNAS/MDS o processo  
1170 de discussão e definição das tipificações de serviços de assessoramento, de defesa dos direitos e de  
1171 programas e projetos socioassistenciais. Definir uma agenda intersetorial com os conselhos  
1172 intersetoriais e de defesa de direitos para tratar de temas prioritários a efetivação do SUAS, como  
1173 saúde, idoso, habitação e reabilitação, crianças e adolescentes. Acompanhar e monitorar o pacto  
1174 de aprimoramento de gestão do SUAS, acompanhar as discussões junto a SNAS e MDS da  
1175 NOBSUAS 2010 e acompanhar a implementação da NOBRH/SUAS”. A Conselheira Ana Carolina  
1176 indagou se o material estava na internet, com o Conselheiro Frederico respondendo negativamente,  
1177 mas que seria interessante constar, com a senhora Presidente lembrando suas palavras de que  
1178 deveria ser passados para os Conselhos estaduais e municipais, para acompanhamento,  
1179 independente de ter ou não reuniões, o que o Conselho Nacional estava se colocando como tarefa. A  
1180 Conselheira Margareth parabenizou a equipe técnica e que havia apoiado a todos da Comissão de  
1181 Política. Manifestou a preocupação de todos seus membros, sendo que os próximos Conselheiros  
1182 tanto da Sociedade Civil, quanto governamentais que assumiriam essa Comissão, deveriam assumir  
1183 essa tarefa, porque durante a 7ª Conferência foi acordado o calendário dos 5 seminários regionais,  
1184 que já deveriam estar acontecendo, e do seminário nacional que aconteceria em setembro em Minas  
1185 Gerais e Belo Horizonte. Ponderou que, considerando o excesso de atividades, datas foram  
1186 inviabilizadas no sentido de um debate de aprofundamento da questão e ser submetido ao Pleno, o  
1187 que só havia acontecido na reunião do dia 08 e 09. relatou que as pessoas questionavam sobre essas

1188 atividades, sendo muito ruim se não conseguissem cumprir a agenda ainda esse ano. Solicitou  
1189 atenção aos Conselheiros para que o fórum pudesse acontecer ainda esse ano em julho e agosto,  
1190 conforme combinado, porque os trabalhadores já estavam se organizando, informando as que já  
1191 haviam acontecido, com os articuladores estaduais se organizando e precisando dar esse *feedback*  
1192 para os trabalhadores. A Conselheira Marisa falou ter visto na Comissão de Política assinaturas em  
1193 prol do PL 3077, indagando como estava o desdobramento dessa articulação e em torno do qual  
1194 precisavam se unir, considerando sua contribuição na qualidade dessa gestão e sua discussão nos  
1195 estados e municípios. Informou que durante a tarde o Presidente do COEGEMAS estaria  
1196 participando do encontro do PET no Hotel Nacional, relatando o que já havia acontecido.  
1197 Prosseguindo, indagou como estava a outra etapa desse processo que não se poderia desvincular,  
1198 com o COEGEMAS participando nesse processo de articulação com seus deputados e seus  
1199 senadores, esclarecendo que no dia 29 de julho aconteceria uma grande discussão no Rio Grande do  
1200 Norte, citando as autoridades convidadas para um grande debate e garantir seu voto em prol do PL.  
1201 O Conselheiro Edivaldo informou aos novos Conselheiros e aos que permaneciam que na reunião  
1202 passada, quando da apresentação do relato da memória da Comissão de Política, havia apontado um  
1203 questionamento, colocando a necessidade de repensar a coordenação desse processo de construção  
1204 dos seminários dos trabalhadores da Assistência Social. Que havia colocado na reunião passada,  
1205 sendo dito que por ser uma matéria relativa aos interesses da Comissão de Política, que a mesma  
1206 fizesse esse debate, sendo importante que esse processo fosse distribuído, assim como a  
1207 possibilidade de ampliar essa Comissão, considerando o volume de trabalho que lhe competia. O  
1208 Conselheiro Frederico ponderou que por dentro do fórum já havia resposta para o Conselheiro  
1209 Edvaldo, tendo que colocar como bandeira a ampliação das assinaturas para o PL, como também da  
1210 pressão junto aos parlamentares. Observou, com relação aos seminários, que aconteceriam nesse  
1211 ano, mas não no prazo marcado de julho e agosto, existindo prazos legais que precisavam ser  
1212 cumpridos, com as informações sendo repassadas aos interessados e nomeando algumas entidades  
1213 que precisavam compor esse processo. A Conselheira Simone, reforçando as palavras do  
1214 Conselheiro Frederico, relatou que o evento seria realizado ainda nesse ano, mas que a data não  
1215 havia sido fechada, trazendo uma proposta mais concreta na próxima reunião da Comissão de  
1216 Política para aprovação pelo Pleno. Complementando a fala da Conselheira Marisa, indicou que o  
1217 FONSEAS e o CONGEMAS estavam fazendo uma movimentação nacional com cartaz, panfleto,  
1218 com uma carta de aprovação do PL/SUAS, tendo uma carta *online* do FONSEAS que poderia ser  
1219 acessada. A senhora Presidente esclareceu que haviam se dirigido ao CNAS, que assinava essa carta  
1220 conjuntamente com essas entidades a partir da semana passada. Prosseguindo, a Conselheira  
1221 Simone destacou a preocupação em aumentar o número de assinaturas, relatando o ressurgimento  
1222 dos fóruns de Assistência Social em defesa do SUAS, relatando essa ação em diversos locais,  
1223 ressaltando a pressão feita para aprovação do PLSUAS. O Conselheiro Caporal informou que nessa  
1224 manhã, havia estado representando o CNAS junto ao CONANDA, na CNI, destacando a fala da  
1225 Conselheira Simone, discorrendo sobre a ação relativa aos fóruns. A senhora Presidente informou  
1226 que o Fórum Mineiro para Defesa e Fortalecimento do SUAS realizaria dia 09/07 um debate  
1227 público na assembleia legislativa sobre a NOBSUAS e lançamento desse fórum, com um blog para  
1228 comunicação [www.forummineirodosuas.blogspot.com/](http://www.forummineirodosuas.blogspot.com/). A Conselheira Edna, informando que se  
1229 retiraria, agradeceu a todos pelo período que esteve nesse espaço e registrar sua admiração por  
1230 todos. Em não havendo mais nenhum questionamento, a senhora Presidente considerou o item  
1231 esgotado pelo Pleno. A seguir, passou para o **Item Apresentação da Comissão de Financiamento**  
1232 **do CNAS: Competências, funcionamento, desafios e balanços dos trabalhos.** O Conselheiro  
1233 José Geraldo, antes de iniciar o relato, apresentou-se ao Pleno, dando as boas vindas aos novos  
1234 Conselheiros e agradecendo à equipe técnica pelo apoio dado ao trabalho da Comissão. A seguir,  
1235 passou à apresentação. “*Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Horário*  
1236 *de funcionamento é no primeiro dia das reuniões ordinárias no período da tarde. Coordenador*  
1237 *durante esta gestão é esse que vos fala, que teve como Coordenadora adjunta a nossa Presidente*

1238 *Márcia Maria Bionde Pinheiro. Equipe de apoio da Secretaria Executiva da Coordenação de*  
1239 *Política: Jamile Maria Bulis Calado e Ana Júlia Fernandes de Siqueira. Integrantes da Comissão*  
1240 *de Financiamento e Orçamento, representantes governamentais: José Geraldo França Diniz –*  
1241 *Coordenador da Comissão; Márcia Maria Bionde Pinheiro – Coordenadora Adjunta; Sérgio*  
1242 *Wanderly Silva – Representante dos Municípios. Suplentes: Maria José de Freitas – MDS; Valéria*  
1243 *Maria de Massarani Gonelli – MDS; Eutália Barbosa Rodrigues – Representante dos Estados.*  
1244 *Representantes da Sociedade Civil: Renato Saidel Coelho – Associação da Igreja Metodista;*  
1245 *Vicente Falqueto – CNBB; Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho – FENATIBRAF. Suplentes: Rosa*  
1246 *Maria Ruthes – Instituto Social Educativo Beneficente Novo Signo; Marisa Furia da Silva – ABRA;*  
1247 *Edval Bernardino Campos – Conselho Federal de Assistência Social. As competências do CNAS de*  
1248 *acordo com o artigo 18 da LOAS e que são cumpridas com os subsídios de cada uma das*  
1249 *comissões, nesse caso aqui com subsídios da Comissão de Financiamento, conforme determina o*  
1250 *artigo 27 do regimento interno da resolução do CNAS nº 53 de 2008. Aprovar a Política Nacional*  
1251 *de Assistência Social. Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de*  
1252 *assistência social. A partir da realização da 2ª Conferência Nacional de Assistência Social em*  
1253 *1997, convocar ordinariamente a cada 4 anos a Conferência de Assistência Social, que terá*  
1254 *atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento*  
1255 *do sistema”. Esclareceu que na realidade não é a comissão que convocava, trazia e propunha, a*  
1256 *Plenária decidia e o CNAS fazia a convocação. “Competências da Comissão de Financiamento.*  
1257 *Apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pelo órgão*  
1258 *da administração pública federal, responsável pela coordenação da política nacional de*  
1259 *assistência social. Aprovar critérios de transferência de recurso para estados, municípios e Distrito*  
1260 *Federal, considerando para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa,*  
1261 *tais como, população, renda percapta, mortalidade infantil, concentração de renda, além de*  
1262 *disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de*  
1263 *assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias.’ (Ressalvou*  
1264 *que, na grande maioria, tudo o que se decidia na CIT, passava normalmente pela Comissão de*  
1265 *Financiamento). ‘Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais do*  
1266 *desempenho dos programas e projetos aprovados. Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os*  
1267 *programas básicos e anuais do fundo nacional de assistência social – FNAS. Elaborar e aprovar*  
1268 *seu regimento interno. Divulgar através do CNAS, propor a divulgação através do Diário Oficial*  
1269 *de todas as decisões, bem como as contas do fundo nacional de assistência social e os respectivos*  
1270 *pareceres emitidos. Da Coordenação da Comissão de Financiamento, o parágrafo 8º, do artigo 24,*  
1271 *do regimento interno do CNAS, define que cada comissão temática terá um coordenador e um*  
1272 *coordenador adjunto escolhido dentre os membros titulares. Conforme o parágrafo 9º do referido*  
1273 *artigo, essa função será exercida pelo período de 1 ano, permitida uma única recondução. O*  
1274 *Coordenador da Comissão integra como as demais comissões constituem a presidência ampliada.*  
1275 *No âmbito da secretaria executiva do CNAS, a Coordenação de Financiamento tem como função*  
1276 *assessorar tecnicamente o CNAS e a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência*  
1277 *Social no desempenho de suas atribuições. Principais assuntos discutidos na Comissão de*  
1278 *Financiamento junho/2008 a junho/2010: Apreciação e aprovação dos relatórios trimestrais nos*  
1279 *anos de 2008, 2009 e 1º trimestre de 2010 e os relatórios anuais de 2008 e 2009 da execução*  
1280 *orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social. Apreciação dos relatórios da*  
1281 *ação 8249, que é a de funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. Apreciação dos*  
1282 *parâmetros de apreciação da proposta orçamentária da assistência social. Discussões acerca de*  
1283 *temas relacionados a financiamento e orçamento da assistência social, tais como: Isso variável de*  
1284 *média complexidade; Critério para transferência de recursos em decorrência da capacitação das*  
1285 *equipes municipais com base no porte do município; Planejamento estratégico do CNAS, gestão*  
1286 *2008/2010; Índice de gestão descentralizada, IGD, Bolsa Família e Sistema Único de Assistência*  
1287 *Social – SUAS; Normativas relativas ao financiamento da assistência social. Principais desafios*

1288 *para a próxima Comissão de Financiamento: Difundir o financiamento da assistência social;*  
1289 *Agendar encontro com o Conselho Federal de Contabilidade para a capacitação de gestores;*  
1290 *Discutir a reformas tributárias no que concerne a assistência social e em especial a seguridade;*  
1291 *Acompanhar junto ao Congresso Nacional os debates relativos a esse tema; Realizar capacitações*  
1292 *no CNAS para esse tema acerca do financiamento da assistência social e realizar capacitação dos*  
1293 *Conselheiros Nacionais em matéria orçamentária e financeira”. A Conselheira Marisa indagou*  
1294 *como estava prevista a capacitação dos Conselheiros a nível nacional e como seria sua*  
1295 *disseminação para os Conselhos Municipais, colocando o pouco conhecimento com relação ao*  
1296 *orçamento. O Conselheiro José Geraldo esclareceu que a idéia era capacitar Conselheiros nacionais*  
1297 *para que fossem instrumento de disseminação nos estados e municípios, não vendo impedimento de*  
1298 *montar um programa específico na área de discussão e elaboração orçamentária e financeira após*  
1299 *essa capacitação. A senhora Presidente complementou que uma unidade de financiamento fazia*  
1300 *parte da capacitação dos Conselheiros Municipais, tendo sido preparada por vários Conselheiros*  
1301 *que atuavam nessa área. O Conselheiro Renato Saidel observou que muitos dos novos Conselheiros*  
1302 *possuíam bastante conhecimento na área de financiamento e poderiam integrar a Comissão,*  
1303 *podendo ajudar nesse compartilhamento de informações. A senhora Presidente, em não havendo*  
1304 *mais nenhuma colocação, considerou o Item aprovado pelo Pleno. Prosseguindo, informou que a*  
1305 *Comissão de Conselho estava trazendo uma questão, tendo sido deliberado na última reunião que*  
1306 *seria feita uma assembléia de eleição de representantes da Sociedade Civil para aquelas vagas que*  
1307 *ficaram em aberto na outra eleição, uma para usuário suplente e outra para trabalhador suplente e*  
1308 *que se realizaria em 20 de agosto, apresentando o calendário eleitoral: Dia 28/06 a 09/07: prazo*  
1309 *para apresentar pedido de habilitação juntamente com a documentação exigida da resolução n° 06*  
1310 *do CNAS de 2010, perante a Comissão Eleitoral para entidades eleitoras e ou eleitoras e candidatas;*  
1311 *dia 20/07: prazo final para os pedidos de habilitação para entidades eleitoras ou eleitoras e*  
1312 *candidatas; dia 23/07: publicação no Diário Oficial da relação de representantes ou organizações de*  
1313 *usuários e das entidades e organizações de trabalhadores do setor habilitados; dia 02/08: prazo para*  
1314 *ingressar com recurso ou manifestação contrária junto a subcomissão de recursos; dia 13/08: prazo*  
1315 *final para julgamento de recursos e apreciação de manifestações contrárias apresentadas; dia 14/08:*  
1316 *prazo final para publicação no Diário Oficial do ato de homologação da relação de representantes*  
1317 *ou organizações de usuários, da entidade e organização de trabalhador do setor candidatas ao pleito*  
1318 *como eleitoras e candidatas e o resultado do julgamento de recurso e manifestações contrárias; dia*  
1319 *20/08: assembléia de eleição para os cargos, para suplentes em vacância; até dia 28/08: prazo final*  
1320 *para publicação do resultado das eleições do CNAS e cargos para suplentes e vacância; e até dia*  
1321 *15/09: prazo final para posse dos Conselheiros nos cargos para suplentes em vacância para a gestão*  
1322 *2010/2012. As entidades inscritas deverão indicar o segmento que pertencem no momento de*  
1323 *apresentação do pedido de habilitação, observando seu estatuto e sua condição de eleitora ou*  
1324 *eleitora e candidata conforme resolução n° 06 de 2010: *Parágrafo único – O pedido de habilitação**  
1325 **deve ser feito em formulário próprio, assinado pelo representante legal da entidade ou organização**  
1326 **ou por um de seus representantes legais, sendo obrigatório o preenchimento de dados como:**  
1327 **segmento a que pertencem, endereço completo, telefone, fax, endereço eletrônico, pessoa de**  
1328 **referência para comunicação em tempo hábil com a entidade e organização. A assembléia de**  
1329 **eleição reunir-se-a em 20/08 no auditório da PGR, Distrito Federal, pode ser outro lugar qualquer**  
1330 **no horário 09h às 18h. Outras informações poderão ser obtidas na Secretaria Executiva do CNAS,**  
1331 **telefones tais, endereço eletrônico tal.” Prosseguindo, a senhora Presidente colocou que como não**  
1332 *havia sido realizada reunião da Presidência Ampliada, essa reunião era atípica, trazendo diretamente*  
1333 *ao Pleno para deliberar sobre esse edital e sobre os componentes da Comissão Eleitoral. Ponderou*  
1334 *que uma vez que um dos que ocupavam os cargos não estavam mais presente, restava a discussão*  
1335 *se, mesmo não sendo Conselheiros, poderiam conduzir o processo de eleição da Sociedade Civil, o*  
1336 *que deveria ser definido, mas que a informação existente dizia que isso não era possível. O*  
1337 *Conselheiro Renato Saidel ponderou que a Sociedade Civil não havia tido tempo para refletir sobre*

1338 esse assunto, sugerindo que os nomes fossem entregues no dia seguinte, após a reunião que  
1339 indicaria os nomes para as Comissões. A senhora Presidente destacou que era preciso deliberar  
1340 sobre a pertinência desse calendário, com a Conselheira. Simone indagando à Secretária-Executiva  
1341 se seria uma eleição com as mesmas regras da outra, solicitando sua leitura. A senhora Presidente  
1342 colocou a proposta do Conselheiro Renato Saidel de que se discutisse a Comissão Eleitoral  
1343 juntamente com a discussão das demais Comissões, indagando ao pleno se concordava com essa  
1344 sugestão. O Conselheiro Frederico indagou se aprovariam o calendário e só ficariam os nomes, com  
1345 a Conselheira Simone observando que havia que ficar claro o calendário e as regras do processo. O  
1346 Conselheiro Pasquini observou que todo processo eleitoral do Conselho Nacional era acompanhado  
1347 pelo Ministério Público, querendo saber desse órgão se acompanharia em uma segunda eleição, ao  
1348 que a senhora Presidente esclareceu que isso não havia sido consultado. O Conselheiro Renato  
1349 Saidel questionou se havia sido encaminhado ao MP o resultado do pleito eleitoral, ao que a  
1350 senhora Presidente respondeu afirmativamente, tendo sido publicado no Diário Oficial da União. A  
1351 Secretária-Executiva esclareceu que o Conselheiro Caporal havia estado com o MP que havia  
1352 colocado que estavam à disposição, colocando o que havia sido encaminhado, menos a consulta  
1353 sobre a vacância, porque o Conselho já havia deliberado em outra reunião que faria a eleição. A  
1354 seguir, passou à leitura das regras sobre o processo eleitoral, com o edital proposto obedecendo a  
1355 Resolução nº 06 de 03 de maio de 2010, que dispunha sobre o processo eleitoral da representação  
1356 da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social da gestão 2010/2012: *“Sobre a*  
1357 *Comissão Eleitoral no artigo 1º, parágrafo 2º, Para a coordenação do processo de habilitação de*  
1358 *representantes ou organizações de usuários das entidades e organizações de assistência social e*  
1359 *dos trabalhadores do setor, será instituída pelo CNAS uma comissão eleitoral integrada por quatro*  
1360 *Conselheiros, dividida nas subcomissões de habilitação e de recursos. Parágrafo 3º - Somente os*  
1361 *Conselheiros e entidades que não concorrerem ao pleito eleitoral poderão compor a comissão*  
1362 *eleitoral. Parágrafo 4º - A comissão eleitoral elegerá entre seus pares um presidente e um vice-*  
1363 *presidente de segmentos diferentes e um coordenador para subcomissões de habilitação e de*  
1364 *recursos”*. O Conselheiro Caporal complementou que após esse encontro, o MP havia se colocado à  
1365 disposição em qualquer momento que o CNAS considerasse necessário. O Conselheiro José Geraldo  
1366 ponderou que havia que ter bastante clareza de que as regras eram as mesmas usadas para os  
1367 Conselheiros que já haviam tomado posse, mas não se podendo manter os membros da Comissão  
1368 Eleitoral. A Conselheira Margareth ressaltou que como seriam usadas as mesmas regras do processo  
1369 eleitoral, se todos os Conselheiros que estavam empossados tivessem interesse, não haveria  
1370 ninguém fora de mandato, tendo alguma coisa conflitante. Ponderou que esse processo eleitoral  
1371 poderia ser de forma mais simplificada que o anterior, tratando-se apenas de uma vacância para um  
1372 usuário e um trabalhador. Sugeriu consultar o MP e os Conselheiros da próxima gestão ou se fazer  
1373 uma resolução específica para essa situação, indagando quem gostaria de participar dessa Comissão.  
1374 O Conselheiro Frederico destacou que nenhuma entidade se candidataria novamente para uma vaga  
1375 complementar, considerando que qualquer Conselheiro da Sociedade Civil poderia fazer parte dessa  
1376 Comissão. O Conselheiro Renato Saidel, após colocações sobre o assunto, destacou o que a  
1377 legislação trazia, podendo se encaminhar para a Sociedade Civil no dia seguinte e apenas informar à  
1378 Plenária os nomes para homologação. Após mais algumas colocações pelos Conselheiros, o  
1379 Conselheiro Edval observou que, como se tratava do mesmo processo eleitoral, sendo  
1380 complementar por decorrência de vacância, não entendia a necessidade de outra reunião para  
1381 indicar quatro nomes da Sociedade Civil, o que já poderia ser feito para acelerar o processo. O  
1382 Conselheiro Cabeça, entendendo ser uma complementação do processo anterior, encontrava que as  
1383 instituições e entidades que já se haviam habilitado poderiam ser consideradas aptas para votação,  
1384 abrindo espaço só para novas inscrições. A senhora Presidente, citando as propostas colocadas,  
1385 observou que as indicações seriam dois da Comissão de Habilitação e dois da Comissão de  
1386 Recursos. Após mais algumas observações sobre o assunto, ficou consensuado os nomes dos  
1387 Conselheiros Frederico, Renato Saidel, Samuel e Ana Carolina. Prosseguindo, a senhora Presidente

1388 informou ter sido contatada a Secretaria Geral da Presidência da República, sendo adiada a  
1389 apresentação da política nacional da população em situação de rua para o próximo mês, com as  
1390 indicações da Sociedade Civil sendo encaminhadas à Secretaria-Executiva até o dia seguinte, para  
1391 providenciadas as nomeações. **Item Apresentação da Presidência Ampliada: competências e**  
1392 **composição.** A senhora Presidente esclareceu que esse item havia sido colocado no regimento em  
1393 2004, para garantir a democracia interna das decisões que passavam pelo CNAS: “A *Presidência*  
1394 *Ampliada é uma comissão de natureza paritária e permanente, o número de participantes são 6, a*  
1395 *composição é sempre Presidente, Vice-Presidente e pelos Coordenadores das comissões temáticas,*  
1396 *previstos no artigo 22 do regimento interno. Essa Presidência Ampliada que se encerrou, esteve*  
1397 *composta por mim, pela Margareth e pela Edna que era Coordenadora da Comissão de Normas,*  
1398 *nós duas respectivamente Presidente e Vice, o Coordenador de Financiamento - José Geraldo, o de*  
1399 *Política – Frederico Jorge e o de Conselhos – Ferrari. Competências da Presidência Ampliada de*  
1400 *acordo com o artigo 22 do regimento interno. Elaborar pautas das reuniões ordinárias,*  
1401 *extraordinárias e das comissões temáticas. Decidir a cerca da pertinência e da relevância de*  
1402 *eventos para os quais o Conselho é convidado, bem como autorizar Conselheiro a representar o*  
1403 *CNAS nesses eventos, quando não houver possibilidade de levar o assunto à Plenária.*  
1404 *Competências da Presidência Ampliada, continuação: Dirimir conflitos de atribuições entre as*  
1405 *comissões temáticas e grupos de trabalho. Discutir preliminarmente o planejamento estratégico do*  
1406 *CNAS para posterior apreciação da plenária e examinar e decidir outros assuntos de caráter*  
1407 *emergencial. No caso de ausência do Coordenador na comissão temática da Presidência Ampliada,*  
1408 *o Coordenador Adjunto assume as funções do mesmo e na ausência destes, os Conselheiros que*  
1409 *compõem a comissão temática escolherão um de seus membros titulares para assumir as funções*  
1410 *de coordenação, bem como para participar da reunião da Presidência Ampliada, mantida a*  
1411 *paridade. Principais assuntos discutidos na Presidência Ampliada de 06/2008 a 06/2010.*  
1412 *Preparação de minuta de pauta de reuniões ordinárias ampliadas e extraordinárias. Convites*  
1413 *diversos para seminários, conferências, reuniões ampliadas, capacitações e etc. Solicitações de*  
1414 *auditoria da Controladoria Geral da União – CGU do Tribunal de Contas da União – TCU e*  
1415 *pedido de informações de outros órgãos da administração pública federal. Solicitação de pesquisa*  
1416 *e estudo de acordo com o item 9 do manual de procedimentos do CNAS. Eu vou aproveitar para*  
1417 *explicar aos novatos que todos os estudos e pesquisas do público em geral, de universidades,*  
1418 *pesquisadores que quiserem aprofundar sobre o CNAS, é feita uma solicitação aprovada pela*  
1419 *Presidência Ampliada e esse material é remetido para publicização. Proposta de organização de*  
1420 *eventos para tratar de assuntos diversos sugeridos pela plenária e ou pelos membros da*  
1421 *presidência ampliada. PLSUAS e PLSEBAS, encaminhamento de moção de repúdio ou*  
1422 *agradecimento, proposta de discussão do plano decenal, proposta de discussão do planejamento*  
1423 *estratégico, conferências de assistência social e por último a consulta pública que não está*  
1424 *colocado aí.” A senheora Presidente passou á Secretária-Executiva para apresentar sobre sua*  
1425 *competência: “A apresentação da Secretaria Executiva, suas competências, estrutura física e de*  
1426 *pessoal. “A Secretaria Executiva do CNAS tem como competência de acordo com o artigo 30 do*  
1427 *regimento interno: ‘1 – Promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao*  
1428 *desempenho das atividades do CNAS e dos órgãos integrantes de sua estrutura. 2 – Dar suporte*  
1429 *técnico operacional para o Conselho, com vistas a subsidiar as operações e as reuniões do*  
1430 *colegiado. 3 - Dar suporte técnico operacional às comissões temáticas e grupos de trabalho. 4 -*  
1431 *Levantar e sistematizar as operações que permitam a presidência e ao colegiado adotar as decisões*  
1432 *cabíveis. 5 – Executar outras competências que lhe sejam atribuídas’. Em Seguida temos um*  
1433 *organograma da Secretaria Executiva, que tem um assessor que é o Ranieri, temos 4 coordenações*  
1434 *e essas apóiam cada uma das comissões que foram apresentadas hoje para os senhores e um*  
1435 *departamento de apoio administrativo. Esse departamento tem um serviço de arquivo e um serviço*  
1436 *de acompanhamento dessa plenária o SAC – Serviço de Apoio ao Colegiado. Nós temos a*  
1437 *coordenação de política com dois serviços, um é de apoio... Financiamento tem um serviço,*

1438 *Coordenação de Norma tem um serviço. A Coordenação de Conselhos está recém criada na*  
1439 *estrutura, apesar de funcionar a mais de dois anos e deve ser incorporado a essa Coordenação*  
1440 *também um serviço. Nós temos um quadro de funcionários, são 26 servidores e 18 contratados, os*  
1441 *contratados são provisórios, os servidores são efetivos com cargo de comissão. A equipe da*  
1442 *Secretaria Executiva tem o gabinete com uma assessoria e as coordenações com sua chefia.*  
1443 *Principais atividades do gabinete são as que foram relatadas nos informes da Secretaria Executiva,*  
1444 *ela mantém uma comunicação diária com os Conselheiros em termos de convocações,*  
1445 *encaminhamento de todo tipo de correspondência recebida no CNAS, elaborar em conjunto com as*  
1446 *coordenações o mapa de deliberações, eu gostaria que os Conselheiros conhecessem, em todo final*  
1447 *de reunião dessa plenária a Secretaria Executiva junto com as coordenações e chefias, faz o mapa*  
1448 *das deliberações desta reunião e dá encaminhamento às providências relacionadas àquelas*  
1449 *deliberações. Vocês acabaram de aprovar o edital de convocação, então a Secretaria Executiva*  
1450 *deve levar adiante essa deliberação, providenciando a publicação desse ato e depois as*  
1451 *providências todas relacionadas aquele calendário, então normalmente fazemos mais de duas*  
1452 *reuniões com relação a esse mapa. Então para cada reunião ordinária do Conselho Nacional,*  
1453 *existe um mapa de chamamos de mapa de deliberações correspondente aquela reunião. A*  
1454 *Secretaria Executiva também mantém atualizado o site do Conselho Nacional, ela é responsável*  
1455 *por acompanhar e propor o sistema de informação do CNAS, mantendo toda a alimentação com*  
1456 *relação a tramitação de processos, prepara as reuniões, audiências, eventos e várias outras*  
1457 *atividades com relação a rotina administrativa do Presidente e da própria Secretaria Executiva. No*  
1458 *âmbito da Secretaria Executiva, as coordenações têm como função assessorar tecnicamente o*  
1459 *CNAS e as comissões temáticas no desempenho de suas atribuições. Então como eu já havia*  
1460 *mencionado, tem a coordenação de acompanhamento dos conselhos, coordenação de políticas, de*  
1461 *normas e de financiamento. Cada uma desempenhando junto a sua comissão todas as tarefas*  
1462 *relacionadas ao cumprimento dos encaminhamentos e do suporte aquela comissão. Eu não vou me*  
1463 *ater a cada uma delas, depois eu peço aos Conselheiros que leiam todas as atribuições das*  
1464 *coordenações. Além de assessorar as comissões as coordenações também assessoram o grupo de*  
1465 *trabalho e as comissões que não são permanentes, outras que por ventura possam ser criadas.*  
1466 *Então eu vou deixar depois para vocês lerem, porque eu vou entrar na minúcia de funcionamento*  
1467 *de cada uma delas e para cada uma das atribuições e das ações que foram discutidas hoje pelas*  
1468 *comissões, existe uma ação da coordenação correspondente e algumas muito intrinsecamente*  
1469 *trabalhadas com todas as coordenações, posso dar o exemplo da preparação da Conferência*  
1470 *Nacional de Assistência Social, que a Secretaria na sua totalidade trabalha em função da*  
1471 *operacionalização desse evento e assim em todas as outras atribuições ou deliberações que esse*  
1472 *plenário por ventura venha a definir.”* A senhora Presidente ponderou não haver nenhum  
1473 questionamento, considerando que o assunto era a composição das Comissões. Como a reunião  
1474 estava sendo encerrada, todos poderiam participar do Seminário no dia seguinte, destacando a  
1475 importância da presença de todos os Conselheiros, com o Conselheiro Samuel informando o  
1476 endereço onde se realizaria o evento. Na sequência, a Conselheira Thays discorreu sobre o  
1477 encerramento de sua participação no Conselho, colocando-se à disposição, agradecendo a todos e  
1478 elogiando a perspectiva de uma nova presidência do Conselheiro Carlos Ferrari como usuário, o que  
1479 validava esse trabalho como militantes da Assistência Social. O Conselheiro Edivaldo registrou que  
1480 na Conferência haviam feito uma moção de apoio para a criação do dia Nacional do Sistema Braile,  
1481 tendo sido sancionada no dia anterior a Lei nº 12.666, que decretava o dia 8 de abril. Concluindo,  
1482 agradeceu, compartilhando das palavras da Conselheira Thays. A Conselheira Rosa Maria justificou  
1483 sua ausência no evento do dia seguinte, agradecendo a todos pelo apoio, especialmente à Comissão  
1484 de Financiamento, na pessoa do Conselheiro José Geraldo, informando que continuaria trabalhando  
1485 nessa área da Assistência Social em São Paulo. A Conselheira Maria Dolores relatou o trabalho da  
1486 Federação Nacional das APAES, com o congresso desse ano sendo “Alta Gestão e Alta Defensoria  
1487 da Pessoa com Deficiência Intelectual e mostrando direito de ser, viver e conviver”, convidando a

1488 todos para participar desse evento e na Semana Nacional do Excepcional. O Conselheiro José  
1489 Geraldo agradeceu as palavras da Conselheira Thays, desejando-lhe parabéns. A Conselheira Maria  
1490 Auxiliadora, agradecendo a atenção de todos, destacou a falta de estrutura do local, não oferecendo  
1491 condições para receber um surdo com intérprete e com o incômodo causado pela movimentação de  
1492 pessoas no recinto. A Conselheira Simone destacou que não havia acessibilidade em nenhum lugar,  
1493 sendo esse espaço uma adequação que o Conselho vinha fazendo havia algum tempo para tentar  
1494 garantir a participação. Agradeceu a todos, especialmente à Conselheira Rosa Maria, à Conselheira  
1495 Maria Dolores, destacando o trabalho da Federação das APAES, conclamando a Conselheira Thays  
1496 para entrar na luta pelo direito da Assistência Social mesmo, discorrendo sobre o preconceito da  
1497 sociedade com pessoas pobres e vulneráveis, o que deveria ser denunciado. Destacou que o  
1498 Conselho Nacional, para os Conselheiros que chegavam, era um lugar muito importante e de  
1499 respeito para a construção do espaço público, colocando a importância do trabalho que haviam  
1500 realizado e que se encerrava, iniciando outro grupo, com novas discussões em novos momentos. A  
1501 Conselheira Ana Carolina manifestou a responsabilidade que estava assumindo para continuar o  
1502 bom trabalho que havia sido realizado, tendo se emocionado com os depoimentos prestados,  
1503 agradecendo a recepção que havia recebido. O Conselheiro Ferrari agradeceu o carinho que havia  
1504 recebido, destacando o desafio que iria enfrentar mas que era de todos, com aqueles que estavam no  
1505 CNAS continuando a lutar pela Política da Assistência Social. O Conselheiro Caporal agradeceu a  
1506 todos, observando não ser uma despedida, mas uma continuidade da militância que se realizaria em  
1507 outros espaços. O Conselheiro Renato Saidel, agradecendo a todos, destacou os Conselheiros  
1508 Caporal, Falqueto, Rosa Maria, Maria Dolores, Thays, Margareth, Edivaldo, ressaltando o trabalho  
1509 que haviam realizado, conferindo aos novos membros do CNAS a responsabilidade em substituir  
1510 essas pessoas, colocando-se à disposição de todos. O Conselheiro Clodoaldo reiterou o que havia  
1511 sido colocado, citando os Conselheiros que haviam se despedido e aqueles que não estavam  
1512 presentes, agradecendo a oportunidade de ter trabalhado com todos, prosseguindo na luta para  
1513 alcançar os objetivos pelos quais lutavam. A senhora Presidente, informando que participaria da  
1514 próxima reunião, agradeceu a convivência, o companheirismo, a confiança que o MDS lhe havia  
1515 concedido, citando, ao invés das pessoas, as grandes realizações dessa gestão nesse último ano,  
1516 agradecendo a oportunidade de juntos fazerem melhores condições para se aprovar uma Política  
1517 para empoderar o povo brasileiro. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a senhora  
1518 Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os  
1519 debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a  
1520 fazer parte integrante desta Ata, aprovada em Reunião de de 2010.